HISTÓRIA

Questão 1

Em termos sintéticos, as três transformações estruturais da política exterior brasileira na Primeira República foram

1 a "aliança não escrita" com os Estados Unidos da América;

2 a sistemática solução das questões fronteiriças e a ênfase em maior cooperação com os latino-americanos; e

3 os primeiros lances da diplomacia multilateral, na versão regional ou global.

Rubens Ricupero. A política externa da Primeira República (1889-1930). In: José Vicente de Sá Pimentel. Pensamento diplomático brasileiro; formuladores e agentes da política externa (1750-1964). Brasília: FUNAG, 2013, vol. II, p. 336 (com adaptações).

Redija um texto dissertativo apresentando e analisando eventos históricos e as respectivas contextualizações que fundamentem a afirmação feita por Rubens Ricupero no fragmento de texto apresentado acima.

Extensão máxima: 90 linhas [valor: 30,00 pontos]

Média: 25,2 amp. / 22,7 cotas negros.

Desvio padrão: 2,7 amp. / 3,6 cotas negros.

João Marcelo Conte Cornetet – 29/30

A Primeira República representou algumas transformações estruturais na política exterior brasileira. Acompanhando uma mudança no âmbito sistêmico, buscou-se um entendimento melhor com os Estados Unidos, em especial a partir da chancelaria de José Maria da Silva Paranhos Jr. (1902-1912). No âmbito regional, procurou-se resolver os litígios fronteiriços, além de buscar-se maior cooperação com os latino-americanos, vista como fundamental na garantia da estabilidade e no afastamento de ingerências das potências imperialistas. Também nesse período, deram-se ações de diplomacia multilateral

nos âmbitos regional e-global, inaugurando-se tendências que amadureceriam no transcorrer do Século XX.

A "aliança não escrita" com os Estados Unidos da América, segundo Bradford Burns, consistiria em uma aproximação bilateral desenvolvida a partir da chancelaria de Rio Branco, chamado pelo presidente Rodrigues Alves. Rio Branco, um conservador formado na escola realista do poder, nos termos de Ricupero, não buscava a aproximação com os EUA por motivos ideológicos, como Quintino Bocaiúva e Joaquim Nabuco faziam. Para Rio Branco, a aproximação com os EUA era pragmática, relacionando-se ao fato de que eram a grande potência da época. Buscava um padrão similar de relação ao que o Visconde do Uruguai estabelecera com o Reino Unido na década de 1850. Assim, a chancelaria Rio Branco promoveu a troca de embaixadas com Washington e silenciou enquanto demais latino-americanos criticaram a política americana de cobrança de dívidas. Apesar disso, o Brasil enfrentou a diplomacia americana quando foi necessário, como na Conferência de Haia de 1907, em que Rui Barbosa contrariou a delegação americana ao defender a igualdade soberana. O alinhamento com os EUA, portanto, visava o apoio de Washington nas disputas fronteiriças em que o Brasil participava e na dissuasão de pretensões imperialistas europeias, mas tratava-se de uma aliança pragmática, e não de um alinhamento automático.

As soluções fronteiriças começaram ainda no Império – e. g. tratados com Uruguai em 1851, com Bolívia em 1864, com Paraguai em 1875 – e tiveram continuidade na república. Com a Argentina, restava equacionar a questão de Palmas, que fora destinada à arbitragem no fim do Império. O novo governo republicano negociou um tratado de distribuição equitativa, mas este não foi ratificado, sendo retomada a ideia de arbitragem. Representado por Rio Branco, o Brasil venceu a Argentina, representada por Estanislau Zeballos, na arbitragem do presidente Cleveland. Rio Branco também representou o Brasil contra a França, representada por Paul Vidal de La Blache, na arbitragem do presidente da Suíça que localizou o rio Oiapoque (Vicente Pinzón) conforme a interpretação brasileira. Com o Reino Unido, na Questão do Pirara, o Brasil, representado por Nabuco, teve menos sucesso, sendo que o rei italiano evocou o princípio imperialista da ocupação efetiva no laudo arbitral, o que representou ameaça para as fronteiras brasileiras. Outra questão do período que merece destaque é a do Acre, em que Rio Branco utilizou da força e da diplomacia para afastar o BolivianSyndicate e promover permuta territorial com indenização à Bolívia.

A Primeira República também foi marcada por maior cooperação com os latino-americanos. Inicialmente, essa cooperação tinha fundo ideológico: os republicanos que chegaram ao poder acreditavam que a relação com os vizinhos era limitada pela política intervencionista do império. Esse espírito motivou o Tratado de Montevidéu com a Argentina, mas não modificou o intervencionismo do Brasil, manifestado nas ingerências de Cavalcanti no Paraguai com aval de Floriano Peixoto. Com o advento de Rio Branco, essa aproximação tornou-se pragmática e mais efetiva. Rio Branco tinha "temor obsessivo" com relação ao imperialismo, que ele vira se formar quando serviu em Berlim e que vira em ação na Venezuela (cobrança de dívidas) e no Brasil (invasão da Ilha de Trindade, Caso Panther). Para o chanceler brasileiro, a melhor forma de evitar essas ameaças era manter a estabilidade latino-americana, com apoio a governos constituídos. As guerras civis eram pretexto para a ingerência estrangeira. Neste sentido, manteve neutralidade no Paraguai (realizando o "gambito do rei" com a Argentina) e no Uruguai e buscou certa cooperação com Argentina e Chile, chegando a redigir o Pacto ABC de 1907, o qual, no entanto, não foi assinado. Os sucessores do barão dão seguimento ao seu legado. Após a Conferência de Niagara Falls, Lauro Müller conseguiu a assinatura do Pacto ABC de 1915, o qual, no entanto, é rejeitado por novo governo argentino.

Soma-se a isso os primeiros lances da diplomacia multilateral do Brasil. No âmbito regional, cabe lembrar a Conferência de Washington de 1889, quando o representante brasileiro foi substituído após o golpe republicano, e passou a apoiar os interesses de Washington – arbitramento obrigatório, moeda comum e ferrovia continental. O âmbito multilateral regional, no entanto, era difícil para a diplomacia brasileira em decorrência de diversas acusações de vizinhos de que o Brasil promovia corrida militar, principalmente após a compra dos dreadnoughts e da recusa do Brasil a assinar o tratado naval de limite de tonelagem. O Brasil buscou amenizar essas resistências por meio da assinatura do Pacto Gondra, proposta pacifistaparaguaia.

O Brasil também se projetou no âmbito multilateral global. Digno de destaque, nesse sentido, foi a participação de Rui Barbosa na II Conferência de Haia, realizada em 1907, em que a participação do Brasil foi decisiva para que fosse salvaguardado o princípio da igualdade soberana entre as nações na Corte Permanente de Arbitragem que era estabelecida. Cabe frisar, outrossim, a participação do Brasil na Primeira Guerra Mundial, com envio da DNOG e de médicos e enfermeiros. Com isso, conseguiu o Brasil garantir a participação na Conferência de Paz de Versalhes, a posse de navios surtos, a indenização pelo café brasileiro vendido à Alemanha e a participação na Liga das Nações, organização

que o governo Artur Bernardes deixaria em 1926 após o fracasso da campanha brasileira de integrar o Conselho Executivo de modo permanente.

Em que pesem eventuais desinteligências, a diplomacia da I República logrou resultados importantes para o Brasil, como a boa relação com os EUA – inevitável diante do quadro sistêmico – e a cooperação com latino-americanos – a despeito de avanços e recuos com a Argentina, que perdurariam até a década de 1980. O legado de não intervenção e de busca de inteligência cordial na América do Sul, por fim, deixado por Rio Branco, informa a PEB até a atualidade.

Igor Goulart Teixeira – 29/30

Iniciado em 1889, o período republicano brasileiro pautou-se pelo signo da rejeição à diplomacia imperial, como indica a tentativa de repartir o território litigioso de Palmas com a Argentina. Entretanto, logo ficou evidente que havia carência de diretrizes aos formuladores da diplomacia republicana. Por isso, paulatinamente foram retomadas tradições positivas das chancelarias imperiais, como o adensamento das relações com os EUA e a doutrina de limites tributária dos esforços de Duarte da Ponte Ribeiro e do Visconde do Uruguai. A esses componentes, somaram-se traços marcantes da abordagem do Barão do Rio Branco, como a busca da estabilização regional em uma espécie de condomínio dual de hegemonia com a Argentina. Ademais, destacaram-se também lances da diplomacia multilateral como a Conferência de Haia (1907) e a campanha na Liga das Nações que terminou malograda devido ao voluntarismo excessivo de Artur Bernardes.

A aproximação com os EUA não surgiu após a Proclamação da República, pois Washington já era importante parceiro comercial do Império. Entretanto, essa relação seria acentuada na República e, por isso, Bradford Burns cunhou o termo "Aliança Não Escrita". Nos entrópicos anos 1890, essa tendência será retomada como demonstrou o "espírito americanista" portado por Salvador de Mendonça na Conferência Interamericana de Washington em 1889. O mesmo Mendonça, junto de Blaine, assinaria acordo de comércio preferencial que facilitaria a entrada do açúcar e do café brasileiros no mercado americano. Seria, porém, na chancelaria de Rio Branco (1902-1912) que a aproximação com os EUA alcançaria seu apogeu.

O Barão era um americanista pragmático e interpretara corretamente a ascensão dos EUA como potência global. Para Paranhos Júnior, os EUA eram, ao mesmo tempo, um

anteparo ao imperialismo europeu e um contraponto à aproximação entre Buenos Aires e Londres. De fato, na Primeira República, o Brasil sofreria ameaças europeias. Em 1895, descobriu-se ouro no rio Calçoene e isso ensejou pressões expansionistas francesas sobre o Cabo Norte. Ademais, a Inglaterra lograria vitória na questão do Pirara e tentaria se apossar da Ilha de Trindade, ao passo que a Alemanha exporia a fragilidade naval brasileira no Caso Panther (1905). Ciente dessas ameaças impostas pelo imperialismo europeu que retalhara Ásia e África, o Barão investiu na (imperfeita) Aliança Não Escrita. Inserem-se nessa lógica o apoio brasileiro à divisão da Colômbia – que gerou o Panamá, pleito de Washington –, a não rejeição ao Corolário Roosevelt, pois o Brasil era país estável, e a mediação das tensões americano-chilenas, em 1906, no Caso Alsop. No plano diplomático, o Brasil elevou reciprocamente à categoria de Embaixada a legação em Washington, com quadro do quilate de Joaquim Nabuco como embaixador, e recebeu, na III Conferência Interamericana do RJ (1906), a visita de Elihu Root, a primeira de um Secretário de Estado americano ao exterior.

Conquanto nos anos 1890 o Brasil houvesse intervindo no Paraguai para evitar a posse do candidato pró-Argentina José Decoud, a partir da chancelaria Rio Branco, a diretriz passou a ser buscar a estabilidade regional por meio do apoio a governos efetivos e da aproximação com a Argentina. Esse objetivo ficou premente quando, em 1904, o Brasil não interveio em favor do paraguaio Escurra, político pró-brasileiro. Tratava-se do "gambito do rei" que deslocou o Paraguai para a órbita argentina até 1954. O Rio de Janeiro, porém, empreenderia aproximação com o Uruguai por meio do condomínio do Rio Jaguarão e da Lagoa Mirim (1909), visando a equilibrar o xadrez do subsistema geopolítico platino. O Barão opinava que o "espetáculo da revolução triumphante" atraía a cobiça imperialista e, assim, enfatizou a cooperação com os vizinhos.

A busca do pacto ABC é verdadeira demonstração da tentativa de concórdia com vizinhos e de ensaio multilateral regional. O primeiro esboço de acordo foi proposto pelo chileno Puga Borne e ratificado pelo Barão em 1909, porém o governo Alcorta rechaçou. As relações entre Brasil e Argentina eram ruins durante o "tresloucado governo Alcorta", nas palavras do Barão, e assim seguiram mesmo após a queda do belicoso chanceler Zeballos, que articulara plano para atacar o RJ. Como demonstrou a quebra da criptografia do telegrama #9, expedido do RJ para a embaixada em Santiago, Buenos Aires obstaculizou a conformação de cordial inteligência entre os países do ABC. Nova tentativa de avançar o pacto ocorreu em 1915, após a mediação dos três países, na conferência de Niagara Falls

(1914), de conflito entre EUA e México, mas o governo de Hipólito Yrigoyen (UCR) opôs-se à assinatura do tratado.

Tendo herdado questões fronteiriças do Império, a Primeira República resgatou a Doutrina de Limites do Visconde do Uruguai, baseada no uti possidetis, para solucioná-las pacificamente. A Questão de Palmas, após o Legislativo recusar o acordo entre Quintino Bocaiúva e Zeballos pela divisão do território, foi solucionada por arbitragem de Grover Cleveland, presidente dos EUA, com quem o Brasil tinha boas relações. O ganho de causa do Brasil, cuja "memória" foi escrita por Rio Branco, arrefeceu tensões bilaterais provisoriamente. Ademais, o Brasil teve de haver-se com disputas lindeiras com potências europeias. Após a arbitragem do presidente da Confederação Suíça, Walter Hauser, o Brasil obteve vitória sobre a França acerca do Cabo Norte. Com a Inglaterra, porém, na Questão do Pirara, o rei italiano Vitor Emanuel deu ganho parcial de causa a Londres, valendo-se do critério da ocupação efetiva, o mesmo usado pelos europeus na ocupação da África. Há que ressaltar, ainda, a intrincada questão do Acre. Em 1867, para evitar apoio boliviano a Solano López, o Brasil aceitou tratados coloniais para estabelecer a fronteira com a Bolívia nos rios Beni e Madeira. Na virada do século, o Acre era boliviano, mas habitado por brasileiros. A presença de interesses de especuladores (Bolivian Syndicate) fez o Brasil negociar o tratado de Petrópolis (1903) e incorporar o Acre. Em 1909, as pretensões do Peru seriam afastadas também.

Além dos mencionados pacto ABC e Conferência de 1906, o Brasil avançou no multilateralismo global. Em 1907, em Haia, Rui Barbosa representou o interesse brasileiro ao defender o Princípio da Igualdade Soberana de Nações em oposição aos EUA e à Alemanha que propuseram categorizações de Estados. Mais representativamente, o Brasil foi o único país latino-americano a participar da I Guerra Mundial. Isso valeu ao país participação no Tratado de Versalhes em que obteve indenizações para o café paulista situado na Alemanha e a posse de navios surtos localizados em portos brasileiros. Entretanto, parte da elite brasileira compreendeu mal a criação da Liga das Nações e, em ato de estrito voluntarismo, buscou obter assento permanente. Ainda que válida como finalidade, a atuação capitaneada por Artur Bernardes (Melo Franco era o representante na LDN) não foi bem executada. O Brasil vetaria o ingresso da Alemanha na LDN, costurado pelos acordos de Locarno (1925) e sairia da organização no ano seguinte.

A Primeira República herdou contigenciamentos do Império, como questões de limite, e promoveu os primeiros passos do país no ativismo multilateral. A atuação de Rio Branco, nesse diapasão, foi marcante e ao chanceler é atribuída a gestação de princípios

diplomáticos em voga na PEB hodierna, como a cooperação com os vizinhos e a estabilidade regional. Nos anos 1920, exceto pelo voluntarismo ocasional, a diplomacia brasileira situou-se "Entre a Europa e a América" e obteve ganhos ocasionais, como a relativa aproximação com o Paraguai, sobretudo quando este país esteve sob a lógica do Gondrismo.

Igor Moreira Moraes – 29/30

Durante a Primeira República, a política exterior brasileira teve de se adequar às mudanças na balança de poder mundial, além de ser apta a refletir as mudanças internas do país. A aproximação dos EUA, consagrada no termo "aliança não escrita", de Bradford Burns, foi o ponto central de uma estratégia de solução das questões fronteiriças do país e de garantia de uma renovada projeção internacional. A cooperação maior com os países latino-americanos e a sucessão de importantes iniciativas multilaterais completam esse quadro da projeção do país.

A Proclamação da República trouxe à tona o impulso de "americanização" da política externa, antes esboçado no Manifesto Republicano. A aproximação dos EUA, a mais poderosa república hemisférica, foi, portanto, buscada por meio de um americanismo inicialmente ingênuo. Por esse motivo, na Conferência de Washington, a diplomacia republicana passa a apoiar as propostas estadunidenses, a exemplo do arbitramento obrigatório e a busca da redução geral de tarifas, no continente americano, propostas que eram opostas àquelas defendidas pela diplomacia imperial. A assinatura do Tratado Blaine-Mendonça foi outro exemplo indicativo dessa mudança estrutural da diplomacia brasileira, ao garantir tratamento preferencial ao açúcar brasileiro e a manutenção das preferências do café no mercado estadunidense. A denúncia desse tratado no governo Floriano Peixoto e o apoio dos EUA contra os insurgentes da Revolta da Armada indicaram, no entanto, que a incipiente república também demonstrou pragmatismo.

A "aliança não escrita" com os EUA tinha, portanto, uma racionalidade que ia além das meras semelhanças ideológicas. Os EUA eram o maior comprador do café brasileiro, já no começa da Primeira República e, em uma época na qual o Brasil tinha pendências lindeiras com países do chamado "eixo assimétrico" (Ricupero), aproximar-se dos EUA era uma forma de balancear melhor as possibilidades de atuação do Brasil frente a países como a França (Questão do Amapá) e o Reino Unido (Questão do Pirara). A abertura da embaixada em Washington é, nesse sentido, um símbolo do novo patamar das relações

entre os dois países, e a atuação do Barão do Rio Branco, com seu americanismo pragmático, consolidou o americanismo na política externa brasileira. A aceitação do corolário Roosevelt e o reconhecimento da independência do Panamá são exemplos que demonstram essa diretriz, que persistiria para além da gestão do Barão, como indica a vinda da Missão Naval dos EUA, após a Primeira Guerra Mundial e, para além da Primeira República.

A solução das questões fronteiriças era compreendida pelos dirigentes brasileiros como uma condição essencial para o fortalecimento da projeção internacional do Brasil e para a garantia da paz e da estabilidade na América do Sul. A primeira questão a demonstrar esse entendimento foi a Questão de Palmas contra a Argentina, na qual o árbitro, o presidente Cleveland, garantiu o pleito brasileiro de não ter a comunicação com o Extremo Sul do país prejudicada pela permanência de somente uma estreita faixa de terra. Além da aproximação dos EUA, de modo que este não estorvasse os pleitos brasileiros, destacou-se também a utilização do "uti possidetis" como critério de definição territorial, conseguindo o Brasil determinar adequadamente o curso do Peperi-Guaçu. O princípio do "uti possidetis" seria defendido em outros contenciosos com países como o Peru e a Colômbia, mas não o foi na Questão do Acre.

No caso do contencioso com a Bolívia o Brasil teve de demonstrar capacidade de adaptação e realismo às condições em que se encontrava, afastando o "uti possidetis", garantindo a terceiros países que futuras contestações seriam negociadas bilateralmente, além de afastar o Bolivian Syndicate por meio do pagamento de uma indenização. Essa resolução de questões fronteiriças fez o país fortalecer a cooperação com os países do entorno regional, sendo a concessão do condomínio da Lagoa-Mirim ao Uruguai um exemplo dessa disposição de evitar o confronto com os vizinhos. A assinatura do Pacto ABC, ainda que este tenha sido frustrado pela Argentina, e a articulação na Conferência de Niagara Falls, no qual Argentina, Brasil e Chile buscaram mediar controvérsias entre EUA e México, são demonstrações de um Brasil que vai ao encontro da América Latina como nunca antes, quando as rivalidades e as desconfianças da formação de uma liga antibrasileira eram tão grandes que atrapalhavam as possibilidades de cooperação.

A cooperação com os latino-americanos, no plano multilateral, era ainda predominantemente realizada segundo a perspectiva pan-americanista, na qual a influência dos EUA era marcante. A série de conferências pan-americanas que ocorreram durante a Primeira República foram, nesse sentido, fulcrais para o fortalecimento da solidariedade continental, tendo o Brasil sediado, em 1906, no Rio de Janeiro, uma destas

conferências, o que indicava a relevância dada a esse aspecto da cooperação hemisférica. O grande trunfo dessa série de conferências foi garantir um importante espaço de diálogo e solução de diferenças, ainda que essas conferências eram, por vezes, marcadas por controvérsias entre os países, a exemplo da Conferência de Santiago. Nesta, as divergências quanto à definição da paridade naval entre Brasil, Argentina e países como o Chile eram fatores de conflito, tendo sido o Pacto de Gondra importante para a valorização do recurso a soluções pacíficas.

Além do plano regional citado, a diplomacia multilateral brasileira também teve destaque no âmbito global, sendo a 2ª Conferência da Haia de 1907 e a atuação brasileira na Liga Das Nações reflexos de uma renovada projeção internacional brasileira. Na Haia, a defesa da igualdade jurídica das nações por Rui Barbosa revelou que o Brasil também passava a ter maior influência sobre os debates globais. Na Liga das Nações, como participante nas negociações pós-Primeira Guerra Mundial, por ter sido o único país latino-americano a participar do conflito, o Brasil garantiu assento na primeira composição do Conselho Permanente (sic) e a participação de Epitácio Pessoa na CPJI. Na LDN, no entanto, divergências entre a percepção do governo Bernardes sobre a posição brasileira no Conselho e a recusa em aceitar a Alemanha fizeram o Brasil deixá-la.

Em suma, a Primeira República foi um importante período de nova conformação estrutural da diplomacia brasileira. A "aliança não escrita" com os EUA mostrou-se, no longo prazo, acertada, e a cooperação, tanto no âmbito regional latino-americano quanto no âmbito da diplomacia multilateral global fortaleceram a projeção internacional de um país com fronteiras agora definidas.

Marina Carrilho Soares – 29/30

A transição do Império para a República trouxe consequências de monta não apenas para a condução da política interna, mas, também, para a formulação de diretrizes da política externa brasileira, como informa Rubens Ricupero. O período republicano ocasionou a alteração gradual do eixo diplomático nacional, que passaria da Europa para os Estados Unidos e culminaria na chamada "aliança não escrita" entre as duas maiores nações do continente, para tomar de empréstimo a expressão cunhada pelo historiador Bradford Burns. Também no que concerne à resolução de questões lindeiras a alteração de paradigmas foi expressiva, tendo a diplomacia republicana suplantado princípios que, por décadas, orientaram a ação externa do Brasil em suas relações com os vizinhos. É

pertinente, pois, considerar os eventos e as contextualizações que tornaram possíveis as transformações do perfil da diplomacia brasileira entre o final do século XIX e o início do XX.

A política externa imperial possuía como uma de suas principais características a ênfase no relacionamento com a Europa, com relativo distanciamento em relação aos países do continente. Única monarquia em meio a inúmeras repúblicas, o relacionamento entre Brasil e países americanos era caracterizado por desconfianças mútuas. O advento da República, ocorrido em um contexto em que os Estados Unidos se tornavam o principal parceiro comercial brasileiro, alteraria esse panorama. O imediato pós-Proclamação foi seguido pela adoção de um americanismo ideológico, que acompanhava os dizeres do Manifesto Republicano, os quais afirmavam a vontade de inserir-se como país de identidade americana. A alteração da conduta brasileira, nesse sentido, é exemplificada pela participação do país na Conferência Pan-Americana de 1889, realizada em Washington: a postura imperoal, relutante em aderir a maiores compromissos, sobretudo no que concerne à obrigatoriedade de arbitragem em conflitos entre nações continentais, foi suplantada pela concordância com as propostas estadunidenses.

A opção pelos Estados Unidos, ademais, tornar-se-ia cada vez mais viável ao longo das décadas, de forma que o americanismo ideológico ganharia contornos pragmáticos. No governo Floriano Peixoto, de intensas contestações internas e de crescente antagonismo com os países europeus, os Estados Unidos mostraram-se favoráveis ao presidente, em um momento crucial para o regime republicano: durante a Revolta da Armada, por exemplo, Washington ofereceu apoio fundamental para a derrota dos revoltosos, consubstanciada no envio da Esquadra Flint. No cenário externo, o imperialismo europeu também ensejava a desconfiança do governo brasileiro, que passou a perceber nos Estados Unidos uma parceria de relevo para a manutenção da integridade do país. O Acordo Blaine-Mendonça, de 1891, não obstante sua denúncia poucos anos depois, é também exemplar do rompimento das diretrizes imperiais - que, desde a década de 1840, desaconselhava tratados comerciais bilaterais - e da consolidação gradativa da aproximação com Washington.

Também no que concerne à solução de pendências fronteiriças foram observadas mudanças sensíveis nos princípios orientadores da política externa. Se no Império predominou uma abordagem que favorecia acordos bilaterais, embassados pelo princípio do uti possidetis facto, na República prevaleceu a adoção da via arbitral. A chancelaria do Barão do Rio Branco consolidou esse modelo, com a resolução das questões lindeiras com

Inglaterra e França, ainda que na controvérsia do Pirara o resultado tenha sido favorável aos ingleses - o único, deve-se ressaltar, em que o Brasil não teve seus objetivos logrados.

A obra do Barão do Rio Branco, ademais, representou a tentativa brasileira de fundar novas bases para o relacionamento com os países latino-americanos. O chanceler, reconhecido por seu pragmatismo, percebia a importância de fomentar maior cooperação com os países hemisféricos. Se tal cooperação apresentou certos reveses, como as controvérsias referentes a questões alfandegárias com a Argentina ou as disputas em torno do programa de reaparelhamento naval brasileiro, também teve iniciativas inéditas, como o Pacto do ABC, entre Brasil, Chile e Argentina, que previa uma espécie de condomíno para a administraçao da política regional. Deve-se atentar para o fato de que Buenos Aires não aderiria, naquele momento, à proposta. Foi apenas após o fim da era Rio Branco que o ABC atuaria em conjunto, ainda que informalmente, com destaque para a questão de Niagara Falls, nos anos 1910.

As diretrizes consolidadas no início do século XX sofreriam poucas alterações ao longo da Primeira República. Foi nesse período que o Brasil ensaiaria uma participação ativa nos fóruns multilaterais, tanto regionais quanto multilaterais. No âmbito regional, a participação nas conferências pan-americanas seguiria constante ao longo de todo o centênio. Cabe destacar que o pan-americanismo que teve êxito, no multilateralismo regional, foi aquele de matriz monroísta, em contraste com o bolivarista que, durante o Império, não suscitou maior entusiasmo. Nesse sentido, o advento da República ensejou maior participação brasileira em tais fóruns, ainda que, em certos momentos, tenha-se mantido em posição defensiva, como por ocasião da Conferência de Santiago, de 1923, quando o Brasil enfrentou a oposição e as desconfianças dos demais Estados quanto ao seu rearmamento.

A diplomacia multilateral global também se beneficiou do contexto republicano. A participação direta do Brasil na Primeira Guerra Mundial, ao lado das potências vencedoras, permitiu a participação do país na Conferência de Versalhes. A atuação multilateral brasileira ocorreria no âmbito da Liga das Nações, organismo no qual o governo brasileiro ocuparia assento não permanente em seu órgão decisor. Enquanto esteve na Liga, o Brasil manteve-se relativamente distante da política continental, como menciona o diplomata Eugênio Vargas Garcia. A decepção de 1926, com a saída histriônica do país da instituição após a entrada da Alemanha como membro permanente do conselho, inaugurou uma fase de certo retraimento geral do Brasil. Diante da necessidade de uma vitória no campo multilateral, desejado pelo governo Artur Bernardes, que governava em

estado de sítio em virtude das instabilidades políticas internas, o malogro fez que Washington Luís retornasse a atenção à América.

A Proclamação da República trouxe inovações, em matéria de política exterior, em comparação com as diretrizes imperiais. A aproximação aos Estados Unidos, as tentativas de maior cooperação com a América Latina e o pacifismo, consubstanciado na solução amigável de disputas, acompanhariam as determinações de política externa por largo período durante o século XX.

Pior resposta – 15/30

De acordo com Rubens Ricupero, existiram 3 transformações significativas na política exterior brasileira durante a primeira república. A substituição da Inglaterra pelos EUA como aliado preferencial, a solução das questões fronteiriças, facilitando a cooperação com outros países latino americanos e, por fim, uma atuação multilateral, tanto regional como global.

Os EUA representavam o principal mercado consumidor de café e, portanto, eram um parceiro relevante para o Brasil. O Barão do Rio Branco, com grande pragmatismo, eleva a missão diplomática em Washington à embaixada, nomeando Joaquim Nabucco como embaixador. A aproximação com os EUA tinha, também, um caráter defensivo, uma vez que Rio Branco temia o imperialismo europeu e esperava contar com o apoio americano em caso de necessidade. O alinhamento com os EUA não era, entretanto, automático. Na conferência de Haia de 1907 o Brasil adotou posição a favor da igualdade jurídica entre as nações, contrariando os americanos.

Essa "aliança não escrita" nos termos de Bradford Buens, trouxe benefícios quantificáveis ao Brasil. O apoio americano, conforme afirmam Clodoaldo Bueno e Amado Cervo, foi importante para que o Brasil cumprisse seus objetivos na conferência de Versalhes: garantindo o pagamento, pela Alemanha, dos valores relativos ao café armazenado antes da guerra e, igualmente, solucionando a questão do afretamento de navios alemães confiscados de forma favorável ao Brasil. A forma amigável com que se foi resolvida a questão do truste do café, que evitou uma queda drástica dos preços desse produto, também é resultado dessa "aliança não escrita".

A solução de conflitos lindeiros foi uma importante conquista da diplomacia da primeira república. A primeira questão a ser resolvida foi a referente ao território de

Palmas, na qual a arbitragem do presidente americano conferiu a maior parte do território ao Brasil. A questão do Piraru foi resolvida por arbitragem do rei Vitor Emanuel, da Itália porém, a maior parte do território foi conferido à Inglaterra, sendo considerada uma derrota para o Brasil. A questão da Guiana Francesa também foi resolvida por arbitragem, em que o presidente do conselho suíço reconheceu que o rio Oiapoque era o VincentePizon, conforme afirmou o Brasil, e não o Araguari, conforme defendia a França. A questão do Acre foi resolvida por meio de acordo bilateral, em que o Brasil comprou o território, cedendo um pequeno território da região do Mato Grosso, que deu acesso à Bolívia ao rio Amazonas, e se comprometeu a construir uma ferrovia ligando o rio Madeira ao rio Mamoré. Além de solucionar quase todas as questões lindeiras, Rio Branco buscou melhorar as relações com os países latino-americanos, propondo o pacto ABC. O ABC atuou de maneira a evitar uma guerra entre os EUA e o México durante a Conferência de Niagara Falls. O tratado do pacto, entretanto, não foi ratificado pelo parlamento argentino. Rio Branco buscou melhorar as relações com o Uruguai, cedendo o condomínio da Lagoa Mirim em 1907, o que agradou e muito os uruguaios.

Os primeiros lances da diplomacia multilateral brasileira ocorreram na Primeira República. Na Conferência Pan-americana de 1889, o Brasil buscou se alinhar aos EUA. A oposição de outros países latino americanos às propostas americanas inviabilizou a maior parte delas. Na Conferência de Haia, o Brasil teve papel de destaque, ao defender a igualdade jurídica entre as nações. Rui Barbosa, inclusive, recebeu o apelido de "águia de Haia", devido às suas brilhantes exposições. A Participação do Brasil na primeira guerra e, posteriormente, sua adesão à liga das Nações se enquadram nesse contexto de maior atuação multilateral. A atuação do Brasil na Liga, entretanto, foi vergonhosa. Arthur Bernardes, contrariando os conselhos de inúmeros diplomatas, decidiu chantagear as grandes potencias, ameaçando vetar o ingresso da Alemanha na Liga, o que poderia arruinar todo o esforço diplomático do tratado de Locarno, caso o Brasil não se tornasse um membro permanente do conselho da organização. Esse jogo não funcionou e o Brasil se retirou da Liga. Na conferência de desarmamento de Santiago, o Brasil atuou de forma a garantir a aprovação de um tratado que reforçava a arbitragem como meio de solução de controvérsias e garantir que a proposta de congelamento das forças navais não fosse aprovada, o que evitou que o Brasil ficasse em situação de inferioridade perante a Argentina e o Chile que possuíam marinhas fortes devido à corrida armamentista entre ambos.

A política externa brasileira passou por inúmeras trans- formações ao longo da Primeira República. O Brasil aproximou-se dos EUA, solucionou a maior parte de suas questões de fronteira, melhorou sua relação com outros países latino-americanos e deu seus primeiros lances na diplomacia multilateral, obtendo sucessos mas também fracassos. Esse foi um período de grande aprendizado e experimentações para a diplomacia brasileira.

Questão 2

Na segunda metade dos anos 1950, Jango entrou no cenário político brasileiro com grande prestígio entre petebistas e sindicalistas, aproximando-os sob o ideário do trabalhismo e tecendo alianças com os grupos nacionalistas, de esquerda e o próprio PCB. Contudo, na primeira metade da década de 60 do século passado, os tempos eram outros: tempos de radicalização. Pactos, negociações e compromissos não estavam nos planos dos grupos reformistas. No confronto entre esquerda e direita, o regime liberal-democrático entrou em colapso. Março de 1964 significou duas grandes derrotas. A primeira, a dos valores e das instituições democráticas. A segunda, a do projeto nacionalista, reformista e estatista defendido pelos trabalhistas, comunistas e outras esquerdas. O projeto que se impôs com a derrota de ambos foi o conservadorismo liberal de vertente udenista.

Jorge Ferreira. João Goulart: uma biografia. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011, p. 686-7 (com adaptações).

Considerando que o fragmento de texto acima tem caráter unicamente motivador, discorra a respeito da experiência republicana brasileira sob a vigência da Constituição de 1946 e seu colapso oficializado pela ruptura institucional de 1964.

Extensão máxima: 90 linhas [valor: 30,00 pontos]

Média: 29,2 amp. / 25,7 cotas negros.

Desvio padrão: 1,2 amp. / 3,1 cotas negros.

Anônimo – 30/30

Ao contrário do que sugere o senso comum, a República Liberal, sob a vigência da Constituição de 1946, foi um período de amplo engajamento popular na vida política do país. O embate entre o nacional-desenvolvimentismo e o liberal-conservadorismo repercutiu amplamente no Parlamento e na imprensa, de forma que os eleitores tiveram posições bem marcadas no espectro político da época, condizentes, aliás, com as transformações urbanas e industriais que o Brasil experimentou naquele contexto. Contudo, o acirramento da polarização levou à ruptura institucional provocada pelo golpe civil-militar de 1964.

No marco da Constituição de 1946, a "repartidarização" da vida política brasileira foi determinada pela conjuntura que determinou o fim do Estado Novo em 1945. A participação em defesa das democracias, na Segunda Guerra Mundial, evidenciou as contradições do regime varguista. Nesse sentido, o Manifesto dos Mineiros, em 1942, e o clamor pela realização do plebiscito previsto na Constituição de 1937 (em favor do qual se manifestava o próprio Francisco Campos), entre outros eventos, demonstraram a articulação de forças antivarguistas na política brasileira. No desenrolar da República Liberal, a União Democrática Nacional (UDN) deixaria de ser uma frente de oposição à continuidade do governo de Vargas e passaria a estar crescentemente associada ao liberal-conservadorismo [e a ser] defensora das forças de livre mercado e da associação ao capital estrangeiro.

O legado trabalhista, por outro lado, era favorável ao desenvolvimento da indústria nacional e, se preciso, à imposição de controles sobre a mobilidade de capitais externos. Além disso, defendia uma legislação garantista em relação a direitos sociais, sobretudo trabalhistas. Via de regra, essas forças encontraram expressão partidária mais nítida no PTB, herdeiro do varguismo. Esse foi o partido que mais rapidamente cresceu no final da República Liberal, sobretudo em razão do ritmo acelerado de urbanização e de industrialização do Brasil na época, o que engrossava as fileiras do operariado urbano.

O maior partido do período, contudo, foi o PSD, cujas origens estão intimamente associadas à força política dos interventores da era Vargas. Esse partido foi mais influente no campo, onde o mandonismo local permaneceu relevante. Por ter sido um partido de centro, em termos ideológicos, e em razão da representatividade de sua bancada, o PSD foi, em grande medida, responsável pelo grau de estabilidade dos governos da época, ditado pela capacidade de arregimentar apoio nesses grupos. Como aspecto complicador, os militares estiveram grandemente dispostos a intervir durante todo o período, o que é exemplificado pela identificação maior da Aeronáutica com a UDN e pela presença de militares de alta patente nos quadros do PSD. Todas essas referências são fundamentais para analisar as principais crises da República Liberal e o desfecho representado pela ruptura de 1964.

O governo de Eurico Gaspar Dutra (sintomaticamente, um militar eleito pelo PSD) foi estável do ponto de vista institucional, mas evidenciou o grau de polarização ideológica, por exemplo, por meio da contenção do comunismo. A bancada representativa do PCB e a votação relativamente significativa de Iedo Fiúza nas eleições presidenciais alarmaram a cúpula militar, que ilegalizou o partido sob o pretexto de críticas realizadas por jornal

soviético. Foi um governo em [que] predominou o liberal-conservadorismo, situação ameaçada pela eleição de Getúlio Vargas.

A gestão de Getúlio Vargas foi grandemente tolhida por um contexto de indubitável ascendência norte-americana no hemisfério e pela dificuldade de relacionar-se com um Parlamento polarizado. Embora tenha havido um esforço notável no sentido de cooptar os extremos do espectro político – como exemplificam, de um lado, a criação da Petrobras e a regulamentação da remessa de lucros e, de outro, o acordo militar de 1952 e o apoio à intervenção na Guatemala –, Vargas viu-se progressivamente isolado politicamente, até que a radicalização extrema da situação política, após o atentado da rua Toneleros, levasse à tragédia de 1954.

O suicídio de Vargas teve profundas repercussões políticas. Em nível analítico mais abrangente, a comoção popular ocasionada pelo "carnaval da tristeza" provocou maior aproximação do PSD em relação às forças de esquerda, notadamente o PTB. Ora, foi precisamente a eleição de Juscelino Kubitschek pelo PSD, tendo João Goulart, do PTB, como vice, que precipitou a articulação de Café Filho com as forças conservadoras da UDN e a chefia da Câmara dos Deputados (Nereu Ramos), para evitar a posse do presidente eleito. Nessa ocasião, a intervenção de Henrique Batista Duffles Teixeira Lott, convicto defensor da legalidade, garantiu a continuidade democrática.

A polarização ideológica voltaria a ameaçar a estabilidade democrática após a renúncia de Jânio Quadros. A primeira ruptura ocorreu por meio da imposição do regime parlamentarista à gestão de João Goulart, acerto veementemente criticado por Leonel Brizola. Com o retorno do presidencialismo, em 1963, mediante plebiscito, ocorreu uma importante inversão que, na perspectiva da historiografia mais recente – como a obra de Jorge Ferreira –, foi decisiva para o desfecho de 1964. As forças progressistas, que, até então, haviam atuado em favor da legalidade, como visto, passaram a pressionar os limites constitucionais em favor das reformas de base. "Reforma na lei ou na marra", epitomizada pelos decretos de João Goulart relativos à reforma agrária, foi o lema que galvanizou a reação conservadora – após eventos como o discurso no Automóvel Clube e a interpretação de favorecimento de quebra da hierarquia militar pelos sargentos –, orquestrada pelas forças liberais domésticas com o auxílio do capital estrangeiro e das Forças Armadas.

Douglas Nascimento Santana – 30/30

A República liberal-conservadora (1946-1964) representa um dos mais conturbados períodos políticos da história brasileira. Projetos antagônicos de desenvolvimento do país opuseram-se em disputas eleitorais e, até mesmo, sob ameaça de uso da força, conforme atesta Jorge Ferreira. O grande eixo condutor das instabilizações do período é a rivalidade entre cosmopolitas e nacionalistas, que permeou os diversos âmbitos da sociedade e que, quando atingiu seu extremo, ampliou margem de ação para intervenções militares que romperam a ordem democrática.

O período de República Liberal inicia-se sob o comando de um general, Eurico Gaspar Dutra, que, de germanófilo no período pré-participação brasileira na Segunda Guerra, se tornou americanista no período pós-guerra em que foi presidente (1946-1951). O caráter anedótico dessas informações ilustra, contudo, as contradições que marcarão todo esse período republicano. O governo de Dutra promulgou a Constituição de 1946 que, inspirada na Constituição liberal brasileira de 1932, assegurava voto secreto, universal, embora mantida a restrição a analfabetos, e assegurava a participação política feminina.

O alinhamento automático do governo de Dutra aos interesses norte-americanos não foi capaz de assegurar os investimentos e os benefícios comerciais que a elite conservadora que o apoiava almejavam. Em consequência, a crise econômica nacional agravou-se com o déficit no balanço de pagamentos gerado com a abertura econômica, e as críticas nacionalistas exacerbaram-se. Configuravam-se os dois polos de disputas políticas, que persistiriam durante todo o período: cosmopolitas e nacionalistas.

Os cosmopolitas defendiam um projeto de desenvolvimento vinculado ao capital internacional, capaz de beneficiar empresariado e elites urbanas que lastreavam o apoio da UDN. Os nacionalistas, por sua vez, prezavam por maior controle do Estado na economia, de modo a orientar investimentos, câmbio, políticas salariais e setores prioritários de desenvolvimento, em atendimento aos interesses nacionais. Embora heterogêneo, o grupo nacionalista detinha apoio político do PSD e do PTB no parlamento, com coincidência de princípios também entre os militares.

Embora o governo de Dutra tenha alcançado o término no prazo legal previsto de cinco anos, seu insucesso na solução dos problemas econômicos nacionais vai abrir margem para o retorno de Getúlio Vargas e do projeto nacional-trabalhista. Nesse governo, as radicalizações de posições de cosmopolitas e nacionalistas inviabilizavam a formação de um governo de coalizão pelo presidente. Se, por um lado, Vargas tentava

atrair apoio cosmopolita celebrando o Acordo Militar Brasil-Estados Unidos, desagradava-os, por outro lado, com o aumento de 100% do salário mínimo e com a sanção da Lei de Remessas de Lucros. O mais simbólico evento das disputas parlamentares, que se reproduziam na imprensa e alcançavam a opinião pública, foi a "Campanha do Petróleo é nosso", que culminou com a nacionalização do refino e da exploração do petróleo pela Petrobrás.

O suicídio de Vargas, pressionado por ambos os lados, gerou ainda maior instabilidade institucional. Os militares, com apoio da ala udenista, não queriam aceitar a posse de novo presidente nacionalista-trabalhista, Juscelino Kubitschek. Ademais das radicalizações ideológicas, a ameaça de ruptura institucional pela força tornava-se crível. A defesa do legalismo pelo golpe preventivo da Novembrada (1955) permitiu a posse de JK, mas não apaziguou as posições extremadas.

JK estabeleceu um Estado de compromisso ao se conciliar com militares revoltosos, manter base nacional-trabalhista via João Goulart na vice-presidência e coaptar a ala mais moderada da UDN. A ala mais radical deste partido, sob a alcunha de "Banda de Música" e liderada pelo jornalista-parlamentar Carlos Lacerda (já profundamente envolvido na oposição ao nacional-trabalhismo e nos eventos do Atentado da Toneleros que levaram ao suicídio de Vargas), manteve, durante todo o governo JK, posição de enfrentamento, com denúncias de corrupção envolvendo os grupos executivos criados pelo presidente para suplantar entraves burocráticos.

Embora as consequências legais das apurações das Comissões Parlamentares de Inquérito não tenham sido significativas, elas criavam o clima de exaltação do problema da corrupção como a principal mazela brasileira a ser extirpada. A UDN explora politicamente os acontecimentos, via veículos de imprensa sob o controle da elite conservadora, como os jornais Diários Associados, O Globo, O Estado de São Paulo e Tribuna de Imprensa. A associação entre o governo nacional-trabalhista e as infrações jurídicas e atos de corrupção lastreou a campanha presidencial udenista de Jânio Quadros, que asseverava que "varreria" esses problemas do governo.

Disposições autoritárias de Jânio Quadros ("política dos bilhetinhos"), uma política externa autonomista (Política Externa Independente) e, até mesmo, excentricidades pessoais do presidente, em país cujo personalismo político exerce relevante impacto simbólico na definição de opiniões públicas, foram fatores que mitigaram o apoio político da UDN a este presidente. Por outro lado, a política econômica ortodoxa impedia que os

nacionalistas aderissem a suas posições. Sem apoio diante dos dois grupos rivais, Jânio Quadros renuncia.

A instabilização política alcança seu extremo durante o governo do nacionalista-trabalhista João Goulart. Os cosmopolitas da UDN, apoiados em bases parlamentares pela Aliança Parlamentar Democrática, com suporte ideológico no IBAD e IPES, e com base social no empresariado e na classe alta, almejam depor o presidente a qualquer custo. Os nacionalistas, com retaguarda da Frente de Mobilização Popular no Parlamento, ideologia isebiana e apoio de trabalhadores, Ligas Camponesas e classes médias urbanas, visam a impor as Reformas de Base mesmo contra a vontade dos congressistas. Em ambiente de tensão política e intenções de ruptura institucional de ambos os lados, conforme atesta Daniel Aarão Reis Filho, a ocorrência de golpe político tornava-se provável.

A intervenção militar de 1964 é a culminância de um contexto de radicalização política que caracterizou toda a República Liberal e envolveu a classe política, a imprensa, a população e instituições civis. Exemplos históricos auxiliam na busca da moderação política como meio de perpetuar a democracia no Brasil.

Santiago Pinto – 30/30

A experiência republicana brasileira sob a vigência da Constituição de 1946 nasce sob o signo da redemocratização do país, após a ditadura estadonovista. A permanência do regime fechado de Getúlio Vargas tornava-se insustentável em face da participação do Brasil na Segunda Guerra Mundial ao lado dos Aliados, contra o nazi-fascismo. Nesse contexto, Vargas buscou conduzir a abertura política através de modificações legislativas, especialmente com a Lei Agamenon Magalhães, mas não logrou sucesso em manter-se no poder, apesar do movimento queremista que se esboçava nas ruas do país. A trajetória de 1946 ao golpe militar de 1964 foi marcada pela radicalização e pela esquizofrenia das principais forças políticas do país, levando à ruptura completa da legalidade com a deposição de João Goulart.

Os anos iniciais da República Liberal mostrariam o quão tormentosa seria a trajetória democrática do Brasil, nos quais as forças militares passariam a exercer o papel de “fiel da balança” nas disputas pelo poder. Eurico Gaspar Dutra havia sido ministro da guerra durante o governo Vargas e seria apoiado por ele quando o queremismo se mostrou inviável com o avanço da candidatura udenista do Brigadeiro Eduardo Gomes. Eleito,

contudo, Dutra rompeu relações com a URSS e cassou o registro do Partido Comunista Brasileiro, que fortalecera seu desempenho eleitoral. O contexto, como descreve Gérson Moura, era de um "anticomunismo autóctone".

Assim, na condição de "fiel da balança", os militares passariam a exercer a função de "termômetro eleitoral", com destaque para as eleições do Clube Militar. Coincidindo com a campanha pela volta de Getúlio Vargas ao poder, em 1950, numa aliança costurada pelo PTB com Adhemar de Barros para lançar Café Filho como vice-presidente, ocorreu a eleição de Estillac Leal para o Clube Militar. Getúlio ficaria contente com o resultado do "termômetro eleitoral" e chamaria Estillac Leal para o Ministério da Guerra. Em 1952, todavia, com a assinatura do Acordo Militar com os EUA, Estillac Leal pede demissão, sendo substituído por Ciro do Espírito Santo e, posteriormente, por Zenóbio da Costa. A saída de Leal do governo retira sustentabilidade militar a Vargas, que assiste ao avanço da Cruzada Democrática nas eleições do Clube Militar em 1952, com a vitória de Canrobert Pereira da Costa e Juarez Távora (o qual disputaria as eleições presidenciais em 1955).

Aparentemente, na República Liberal o apoio militar era uma garantia para o término do mandato presidencial. Os únicos que o fizeram foram Dutra (ele próprio um militar) e Juscelino Kubitschek, que tinha a sombra de Henrique Teixeira Lott como proteção. Assim, quando Vargas assiste ao lançamento do Manifesto dos Coronéis, a hierarquia militar já não poderia garantir seu mandato. A saída encontrada para a sentença emitida pela República do Galeão (após o assassinato do Major Rubens Vaz) seria o suicídio, adiando o golpe orquestrado pelos setores mais conservadores por mais dez anos.

No mundo cultural e intelectual, vivia-se o desabrochar da obra dos modernistas, podendo-se cogitar inclusive da hegemonia das esquerdas nesses debates, conforme Angélica Madeira e Mariza Velloso. Fruto de reuniões do Grupo de Itatiaia, o Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) seria fundado e passaria a discutir o nacional-desenvolvimentismo como estratégia política do Estado. Em 1958, o Brasil ganharia a primeira Copa do Mundo de futebol, e o progresso do Plano de Metas fazia crer que o país do futuro finalmente teria alcançado seu lugar de destaque.

Ocorre que o trabalhismo nunca fora aceito pelo conservadorismo liberal de vertente udenista. Esse partido sempre contestou os resultados das urnas quando não alcançava a vitória. Carlos Lacerda utilizava-se do seu Tribuna da Imprensa para propagar o mote de que seus adversários não deveriam tomar posse, governar ou terminar seus mandatos. No confronto de ideias e ideologias, os grupos de extrema direita passariam a se

organizar no Instituto Brasileiro de Ação Democrática (IBAD) e no Instituto de Pesquisa Econômica e Social (IPES), que visavam a desestabilizar governos que se mostrassem favoráveis a projetos associados à esquerda.

Ao longo da República Liberal, os partidos políticos também sofreram com a "esquizofrenia legislativa", pois o PTB viu-se forçado a aprovar o mencionado acordo militar de 1952, enquanto a UDN adotou postura mais nacionalista que o próprio Vargas na criação da Lei 2004/53, que estabeleceu a Petrobrás. Essa esquizofrenia levou a Banda de Música de Carlos Lacerda a apoiar Jânio Quadros na disputa com o pessedista Henrique Teixeira Lott. Nas eleições de 1960, Jânio ganhou juntamente com João Goulart para vice, mas o que é pouco discutido são as vitórias estaduais de Magalhães Pinto em Minas Gerais e de Carlos Lacerda na Guanabara, demonstrando a ascensão do conservadorismo em setores da sociedade brasileira.

Em 1962 ocorrem novas eleições para renovar a totalidade da Câmara dos Deputados, dois terços do Senado Federal e os governos estaduais, como no Rio Grande do Sul. Nesse estado, Leonel Brizola deixa o poder após ter conduzido a Campanha da Legalidade para a posse de João Goulart em 1961. No Congresso, o PTB apresenta um desempenho extraordinário, conquistando quase o mesmo número de cadeiras que o PSD. Isso explica como foi possível aprovar, em 1963, a instalação de duas CPIs que investigariam o financiamento externo do IBAD e do IPES.

Mais importante, em linha com o argumento aqui desenvolvido sobre o papel dos militares como "fiel da balança", foi a volta da Cruzada Democrática ao poder no contexto do Clube Militar, nesse mesmo ano de 1962. O quadro de radicalização estava, portanto, formado com Rio de Janeiro, Minas Gerais e Rio Grande do Sul governados por forças conservadoras; o Clube Militar sob um viés antitrabalhista; e uma grave crise econômica decorrente do superendividamento de Juscelino Kubistchek. O país estava em movimento, mas a desestabilização promoveria uma ruptura institucional grave, com expurgos no próprio Itamaraty, como no caso de Antonio Houaiss, cuja defesa histórica deve ser relembrada.

André Nassim de Saboya – 30/30

A partir do fim do Estado Novo em 1945 e com a vigência da Constituição de 1946, iniciava-se a nova era democrática no país. A República Liberal erigia-se a partir da

modernização empreendida pela Era Vargas, com a estruturação da máquina burocrática e com a industrialização promovida pelo Estado, mas voltava-se, nesse momento, para abertura do Estado às pressões sociais e ao jogo político-eleitoral das democracias liberais. A experiência republicana-liberal, que terminou abruptamente em 1964, foi o resultado de uma sociedade em constante transformação e pelo combate de forças opostas que emergiam do seu centro.

A primeira grande transformação refere-se ao binômio industrialização-urbanização. O desenvolvimento industrial atraiu mão de obra para as cidades e fortaleceu a emergência de uma classe operária, cada vez mais engajada politicamente, e de uma classe média, que também se fazia representar enquanto o poder das oligarquias rurais continuavam a decrescer. Como resultado dessa transformação, o PTB, partido com origem no varguismo e ligado às classes trabalhadoras, ganhou cada vez mais popularidade, conseguindo eleger cada vez mais deputados nas sucessivas eleições. A UDN, partido conservador, ligado às classes médicas urbanas, também se fortaleceu e tornou-se um dos principais partidos da República Liberal. O PSD, por sua vez, partido ligado ao varguismo, porém associado às antigas oligarquias, enfraqueceu-se no período, abrindo margem para uma crescente radicalização entre os dois partidos já citados.

A segunda grande transformação foi a redefinição do papel dos militares na configuração de forças do novo período democrático. Se ao longo da Era Vargas os militares assumiram o comando direto da máquina pública, a partir da redemocratização a classe castrense seria o fator de instabilidade da República Nova – como afirma José Murilo de Carvalho. Com integrantes democráticos e legalistas, como Henrique Teixeira Lott, que promoveria a Novembrada para preservar a continuidade da República; nacionalistas, como Estillac Leal; ou liberais-udenistas, como Bizarria Mamede, que promoviam o golpe contra governantes considerados populistas – Vargas, Juscelino Kubitschek, João Goulart – as Forças Armadas seriam mais um elemento a contribuir contra a estabilidade da república.

A terceira transformação refere-se à internalização das disputas ideológicas no contexto da Guerra Fria e afetaria as mudanças sociais já descritas anteriormente. Em meio ao contexto de radicalização ideológica, sindicatos, militares nacionalistas, políticos reformistas, como João Goulart, ou acadêmicos soberanistas, como aqueles reunidos no Iseb, eram recorrentemente taxados de esquerdistas ou populistas, por setores da direita. Enquanto isso, militares americanistas, políticos conservadores, como Carlos Lacerda, empresários ligados ao capital estrangeiro e acadêmicos liberais, como aqueles reunidos no

Ibad, eram pejorativamente chamados de entreguistas ou, quando golpistas, de gorilas por setores da esquerda.

As fissuras internas da República Liberal se agudizavam à medida que os setores populares lutavam por mais direitos contrariamente aos interesses do empresariado, ou quando governos mais populares buscavam atender as demandas da classe trabalhadora. A tentativa de golpe contra Vargas, alguns meses depois do aumento de 100% do salário mínimo, ou o golpe de 1964 contra as reformas de base de Goulart, são exemplo disso. Ademais, as alianças de setores das forças armadas com grupos políticos divergentes também esgarçavam a estabilidade institucional, como o episódio da República do Galeão claramente revela pela proximidade de setores da Aeronáutica com o udenismo. Ao mesmo tempo, as preocupações de ordem externa, relacionados à Guerra Fria, também contribuíram para a quebra de institucionalidade, como se revela pelo apoio logístico dos Estados Unidos ao Golpe de 1964.

Frente a todos esses problemas, somente dois presidentes eleitos conseguiram terminar seus mandatos, ambos do PSD. O conservador Eurico Dutra assumiu ainda no começo da República e, apesar do grande apoio legislativo, valeu-se da repressão contra sindicatos e comunistas durante seu tempo no poder. Já Juscelino Kubitschek conseguiu por mais tempo a conciliação entre forças divergentes: tinha o apoio do Congresso, de Lott, não reprimia os sindicatos ou os comunistas e garantiu vultosos lucros ao empresariado com o Plano de Metas.

Desse modo, verifica-se que a derrota do projeto democrático e reformista e a vitória do projeto liberal-conservador com o Golpe de 1964 – como afirma Jorge Ferreira – não ocorreram por acaso. A estabilidade da República Nova era extremamente frágil, baseada no equilíbrio possível entre forças políticas divergentes, forças sociais antagônicas, setores militares distintos e ideologias radicalizadas, e despreparada para as fortes transformações do período.

Pior Questão – 22/30

A experiência republicana de 1946-1964 por vezes é questionada quanto a seu caráter efetivamente democrático. Seus críticos afirmam que os episódios de ruptura ou tentativas de ruptura da ordem ocorridos nesse interregno, bem como a manutenção de certas estruturas de restrição da participação popular não permitiriam essa classificação.

O exame de alguns aspectos e eventos que marcaram o período permitem uma outra interpretação.

Os principais partidos políticos que disputaram o poder no período foram criados em 1945, sob a lei Agamenon Magalhães, que determinava que os partidos deveriam ser nacionais. Surgiram, assim, a UDN, associada às oligarquias rurais; o PSD, partido de centro, cujas bases estavam, mormente, no interior; e o PTB, associado aos interesses do proletariado urbano. O PCB deixaria a ilegalidade nesse ano, sendo Luiz Carlos Prestes o senador eleito com o maior número de votos na constituinte de 1946. O país vivia, naquele momento, um rápido processo de urbanização, particularmente intensificado no período JK.

É verdade, por um lado, que o interregno 1946-1964 foi marcado por episódios de ruptura ou quase ruptura da ordem que tornam compreensíveis algumas das afirmações de que o período não foi democrático. O suicídio de Getúlio Vargas, em 1954, em meio à radicalização crescente entre "nacionalistas" e "entreguistas", que se fazia sentir no Parlamento (como nas discussões sobre a criação da Petrobras com a presença de capitais estrangeiros) e mesmo no seio das Forças Armadas (como no episódio da saída de Estilac Leal do Ministério da Guerra, quando da assinatura do Acordo Militar com os EUA, em 1952), é um exemplo. Igualmente, a necessidade de um contragolpe, em novembro de 1955, para garantir a posse de Juscelino Kubitschek, a renúncia de Jânio Quadros em agosto de 1961, a adoção do parlamentarismo durante o governo João Goulart, visto por muitos como um "golpe branco" contra o representante do Executivo, assinalam certa instabilidade democrática. Não faltou, ainda, no período, a perseguição a partidos e parlamentares, como a ilegalidade do PCB em 1947 e a cassação de Prestes nesse mesmo ano.

Por outro lado, o período 1946-1964 também foi caracterizado por avanços não negligenciáveis para a promoção da experiência democrática. Em que pese a Carta Magna de 1946 ter mantido o veto ao voto dos analfabetos (introduzido nos anos de 1880 e preservado até a constituição Federal de 1988), vale lembrar que o período se caracterizou por um intenso processo de urbanização que contribuiu para a expansão do ensino básico e consequente diminuição das taxas de analfabetismo. O resultado foi notório nas urnas, em que se verificou um eleitorado cada vez mais expressivo.

Outro fato que corrobora a ideia de que a República Liberal foi uma experiência democrática legítima diz respeito à própria mobilização que se verificou na sociedade brasileira. Temas como as reformas progressistas propostas por João Goulart e a própria Política Externa Independente estabelecida a partir de 1961 eram motivo de acalorados

debates no parlamento (onde geravam significativas clivagens transpartidárias, como se verifica na formação da Ação Democrática Nacional e da Frente Nacional Parlamentar) e também nas ruas. Foi nas ruas, aliás, que mobilizações populares como as dos Comícios da Central de 13/3/1964 e a Marcha de 19/3/1964 demonstraram que o povo já não se conformava em "assistir bestializado" às vicissitudes políticas do país. À esquerda ou à direita, manifestava sua opinião.

O interregno republicando 1946-1964, efetivamente, foi marcado por episódios de ameaça às instituições democráticas, mas pode-se argumentar que mesmo democracias sólidas viveram, nesse período, ameaças semelhantes (vide as perseguições no âmbito do Macarthismo nos EUA). É preciso reconhecer, porém, que o período apresentou mudanças substanciais na vida política nacional que permitem caracterizá-lo como uma experiência legitimamente democrática. O estabelecimento de partidos nacionais (em lugar dos partidos regionais que caracterizaram a Primeira República), com bases programáticas mais definidas; a crescente participação popular nas urnas, graças, sobretudo, ao avanço da urbanização e da alfabetização; a mobilização social em torno de temas tradicionalmente insulados da vida pública brasileira, como verificado nos debates acerca da política externa independente, corroboram essa perspectiva.

Questão 3

Tendo em vista que o longo processo de abolição, que resultou na assinatura da Lei Áurea em 1888, contou com importantes marcos legais a partir de 1850, discorra sobre essas peças legislativas, sobre as discussões em torno da aprovação de cada uma delas e sobre seus desdobramentos imediatos.

Extensão máxima: 60 linhas [valor: 20,00 pontos]

Média: 15,8 amp. / 13,3 cotas negros.

Desvio padrão: 2,6 amp. / 3,0 cotas negros.

Rafael Spirandeli Galera – 20/20

O longo processo de abolição contou com importantes marcos legai que foram, aos poucos, diminuindo a importância da escravidão na sociedade brasileira e, por fim, resultaram na abolição da escravidão. Entre os marcos mais importantes merecem citação: a proibição definitiva do tráfico de escravos, de 1850; a Lei do ventre livre; a lei dos sexagenários e, por fim, a lei Áurea.

A proibição do tráfico, de 1850, insere-se no contexto geopolítico conturbado desse ano. A armada da Inglaterra, após o fim da intervenção no Uruguai, estava livre para fazer valer a Bill Aberdeen, combatendo o tráfico de escravos.

O Brasil preparava-se para intervir no prata contra Oribe e Rosas e, portanto, desejava evitar conflitos com a Inglaterra. Além disso, a enorme importação de escravos nos anos anteriores implicava numa menor oposição dos fazendeiros ao fim do tráfico. Esses fazendeiros, inclusive, estavam, em sua maioria endividados com os traficantes e não ofereceram resistência à proibição do tráfico. Não houve, portanto, grandes polemicas no parlamento e a lei foi aprovada com facilidade.

A aprovação da Lei do ventre livre, entretanto, foi muito mais polêmica. Desde o fim da guerra do Paraguai, o Imperador deixou claro que desejava aprovar uma lei desse gênero. Muitos gabinetes fracassaram na tentativa de aprovar essa lei. O gabinete do Visconde do Rio Branco, do partido conservador, foi capaz de aprovar a lei em 1871, que deixava todos os escravos nascidos apartir de então livres. Rio Branco foi capaz de aprovar a lei pois obteve o apoio dos conservadores do nordeste, que já não eram tão dependentes

da mão de obra escrava, e de parlamentares que eram funcionários públicos e, portanto, mais vulneráveis às pressões do executivo. Os conservadores do RJ e de SP, entretanto, foram, em sua maioria, contra. Essa lei não teve consequencias práticas, já que os filhos de escravos permaneciam sob a tutela de seus antigos mestres e poucos realmente foram libertos. Politicamente, entretanto, essa lei alienou muitos apoiadores da monarquia, que, posteriormente, viriam a fortalecer o movimento republicano. A lei dos sexagenários, que libertou escravos idosos, não teve, igualmente, efeitos significativos.

A Lei Aurea libertou todos os escravos e não previa nenhuma indenização aos antigos donos. A lei foi aprovada com facilidade no parlamento, sofrendo a oposição pouco significativa dos conservadores do RJ. Essa lei teve importantes consequências políticas uma vez que alienou um dos principais pilares de sustentação da monarquia: os cafeicultores do Vale do Paraíba. Muitos deles passaram a apoiar o movimento republicano, esperando, em vão, obter indenização pela perda dos escravos.

O processo de abolição foi, aos poucos, enfraquecendo a monarquia. As leis do ventre livre e Áurea enfraqueceram significativamente a base de sustentação do regime monárquico, que era a classe de latifundiarios, especialmente os voltados para a exportação. A lei do Ventre livre foi percebida como um capricho do Imperador e uma intervenção indevida do poder moderador nos assuntos parlamentares.

A lei áurea, por fim, alienou um dos poucos setores que ainda apoiavam fortemente a monarquia: os barões do café, abrindo caminho para a proclamação da República.

Rodrigo Bertoglio Cardoso – 19/20

Pode-se considerar que o processo de Abolição, que culminou em 1888, com a aprovação da Lei Áurea, tem raízes em 1850, quando da promulgação da Lei Eusébio de Queiroz. Os condicionantes para a proibição efetiva do tráfico são diversos e comportam debate historiográfico acerca de qual teria predominado: externamente, a Inglaterra, por força do Bill Aberdeen, caçava os navios negreiros brasileiros, ao passo que, internamente, havia preocupações econômicas (endividamento junto aos traficantes), sociais (natureza desumana do tráfico e da escravidão) e de segurança pública (medo do haitianismo). Independentemente do motivo exato de sua publicação, a Lei Eusébio de Queiroz logrou, a um só tempo, acabar definitivamente com o tráfico e acender o debate sobre a Abolição,

que se intensificou na década de 1870: criaram-se panfletos, clubes e "meetings" abolicionistas, bem como o movimento foi-se polarizando entre facções moderadas, lideradas por Joaquim Nabuco, e radicais, encabeçadas por José do Patrocínio.

Após 1850, três leis mobilizaram os ânimos públicos acerca do abolicionismo: a Lei do Ventre Livre, em 1871; a Lei dos Sexagenários, em 1885 e a Lei Áurea, em 1888. A Lei do Ventre Livre foi, em grande medida, um projeto de iniciativa do Imperador D. Pedro II, que havia não somente prometido à Liga Francesa de Emancipação que abordaria o tema após a Guerra do Paraguai, como também havia pautado o assunto na Fala do Trono de 1867 e encomendado esboços de projetos de lei a Pimento Bueno. A resistência dos gabinetes a debater o tema era fundamentada: tratava-se de ideia contrária aos interesses das elites escravocratas, incluídos os cafeicultores, o que motivou o monarca a colocar o Visconde do Rio Branco à frente do Conselho de Ministros. Com a incumbência explícita de fazer aprovar a lei que libertasse os nascituros, Rio Branco (pai) retomou projeto baseado no estudo de Perdigão Malheiro, A Escravidão no Brasil, a fim de aprovar a Lei do Ventre Livre, que libertava os filhos de mão escrava, ainda que a tutela do "ingênuo", até os 8 anos, permanecesse com os senhores de sua mãe. Atingida essa idade, o proprietário poderia optar por libertar a criança, com indenização advinda do Fundo de Emancipação, criado para esse fim, ou usar os serviços da criança até os 21 anos. Criava-se, ainda, um sistema de matrícula obrigatória dos cativos, cuja não inscrição ensejaria sua libertação. A aprovação da lei foi difícil, sujeita à polêmica, e o governo fez prevalecer sua vontade não apenas pela ação obstinada de Rio Branco, como também como pelo apoio dos funcionários públicos (dependentes do governo). Ainda assim, a aprovação criou uma clivagem Norte-Sul, entre estados que já não tinham número significativo de cativos, e os que o possuíam. A aprovação levou, ainda, à incompatibilização entre a elite fundiária e a Coroa.

A Lei dos Sexagenários, por sua vez, foi aprovada em 1885, e foi, novamente, obra de iniciativa imperial. Ainda que D. Pedro II tivesse estimulado o gabinete liberal Sousa Dantas a apreciar a matéria, este não obteve sucesso: primeiro, tratou de a defender o Parlamento, mas a vigência da Lei Saraiva levou à constituição de uma maioria liberal ainda menor; acabou, então, caindo o gabinete Souza Dantas, dando espaço à liderança de Saraiva. Este, em arranjo com os conservadores, logrou aprovar o projeto na Câmara, renunciando três meses após a posse e abrindo caminho para o retorno dos conservadores. O gabinete Cotegipe terminou o processo de deliberação legislativa, ao aprová-la no Senado com clivagem semelhante ao de 1871 e renovados protestos das elites fundiárias, que argumentavam que a Coroa conspirava contra seus interesses. Aprofundou-se, pois, o

divórcio entre o monarca e as elites do Império. A Lei dos Sexagenários, contudo, era deveras moderada: libertava escravos acima de 60 anos, devendo estes trabalhar para seu antigo senhor, a título de indenização, por três anos, ou até que completassem 65 anos. Discutiam-se, igualmente, a proibição do tráfico interprovincial e a ampliação do Fundo de Emancipação. Conquanto modestos, as medidas antagonizavam a classe proprietária, entre outros motivos por considerarem que a atribuição de direitos aos escravos era contrária à ordem social existente.

Em paralelo ao desenvolvimento do tema no Parlamento, ocorreu a evolução do movimento abolicionista, que influenciou e foi influenciado pelas leis aprovadas. A partir da Lei do Ventre Livre, ganhou força a causa abolicionista, tanto entre aqueles, como Nabuco, que desejavam uma emancipação gradual com indenização, como entre aqueles que desejavam a radicalização do movimento, como Antônio Bento de Souza Costa, que, sob os auspícios dos caifases, auxiliava, desde 1882, a fuga e a sublevação de negros cativos. Sob inspiração da campanha das camélias, as elites urbanas passaram a tolerar as fugas. Nabuco foi à Europa promover a causa abolicionista, enquanto João Clapp ajudou a fundar a Confederação Abolicionista, em 1883. O Pará e o Maranhão aboliram a escravidão em 1884; em 1887, após breve "Eclipse do Abolicionismo", conforme chamou Nabuco, o clube militar enviou petição à princesa Isabel, para que parassem de caçar escravos fugidos. Com a Guarda Nacional praticamente inoperante, acabavam os mecanismos coercitivos que viabilizavam a escravidão. Com dois artigos, a Lei Áurea acabou com o regime escravista sem qualquer indenização, em 1888.

A Abolição, no Brasil, teve extensas repercussões. Politicamente, conquanto tenha levado à grande popularidade de Isabel, inclusive com a criação de uma guarda negra, a Abolição representou a crise derradeira da "dialética da ambiguidade" que afastava, crescentemente, as elites da monarquia, o que explica o fortalecimento do republicanismo. Socialmente, a Abolição não previu medidas de inclusão social do negro, reforçando desigualdades.

Marianna Brück Goulart – 19/20

Na segunda metade do século XIX, o movimento abolicionista passou a acontecer também nos tribunais. Diversas leis baseadas na postura emancipacionista que adotara o Império pautarão processos de negros nas Cortes, muitas vezes defendidos por brancos da elite pertencentes ao Partido Liberal. A lei Feijó, de 1831, por exemplo, deixou de ser "para

inglês ver" a partir da segunda metade do século, quando negros a usavam para basear sua liberdade, alegando que haviam ingressado no Brasil após a abolição do tráfico e que eram, portanto, livres. Nesse contexto, cabe analisar as principais peças legislativas que culminaram na lei Áurea, a partir de 1850.

Em 1850, respondendo aos imperativos internos de ameaça à lavoura pela exacerbação do tráfico enquanto atividade econômica (sabendo que o fim do tráfico era questão de tempo, os senhores se endividaram em larga escala com traficantes), de haitianismo e de necessidade de deslocar a Marinha Imperial do Atlântico, onde se combatiam navios britânicos sobretudo após a exacerbação da Bill Aberdeen em 49, para o Prata, onde Rosas ameaçava a integridade territorial brasileira, promulga-se a lei Eusébio de Queirós. Sua aprovação atrasou-se devido à reação popular à Bill de 45, pois o Império, embora já intencionasse a abolição efetiva do tráfico, viu-se pressionado pelo povo a não tomar atitude aparentemente subserviente à Inglaterra. A lei Eusébio de Queirós implicou a lei da terra, em 19 de setembro de 1850, bem como o aumento da mão de obra imigrante na lavoura.

Duas décadas depois, no gabinete conservador de Rio Branco, aprova-se a lei do ventre-livre. Expoente do emancipacionismo adotado pelo Império, essa lei foi bastante criticada no Parlamento pelos abolicionistas: o Senador Nabuco, por exemplo, acusava a lei Rio Branco de não cuidar das gerações atuais, apenas das futuras. Essa peça legislativa, no entanto, trouxe em suas entranhas o reconhecimento do escravo como sujeito de Direito, o que irá pautar processos por maus-tratos, fixações da alforria, entre outros. Destaca-se que a lei do ventre-livre insere-se no que Angela de Castro Gomes chama sequestro da agenda liberal pelos conservadores, o que leva aqueles a radicalizarem suas demandas e a diversificarem suas formas de atuação, na geração de 1870: busca-se a abolição e a República, pois.

Na década de 1880, aprova-se a lei Saraiva-Cotegipe. Inicialmente proposta por Saraiva, a lei previa que escravos com mais de 60 anos seriam livres. A oposição dos senhores de terras levou Cotegipe a propor o aumento da idade para 65 anos. Mais uma vez, os abolicionistas criticarão, dizendo que pouquíssimos escravos sequer atingiam tal idade.

Em 1888, a lei Áurea diluiu a aliança entre elites políticas, grande comércio e grande lavoura que se desenhara em 1837 e se consolidara em 1850. João Luís Fragoso explica que essa aliança sustentara um projeto Monarquista, unitário, centralizador e de baixa representatividade. Quando as elites políticas, certas de que a escravidão acabaria e,

portanto, ciosas da manutenção do status quo, abolem a escravidão, a aliança se desfaz e o projeto se erode. Mesmo a cafeicultura paulista, frequentemente retratada como moderna e pautada pela mão de obra imigrante, era escravista, como comprova o Congresso dos Cafeicultores de 1878 e o fato de o Oeste de SP só ter começado a receber imigrantes, de fato, nos anos 80.

Se a lei Eusébio de Queirós foi essencial para a consolidação do Estado Saquarema (mesmo quando havia Luzias no poder), a lei Áurea, 38 anos depois, foi o gatilho de seu colapso. O emancipacionismo adotado pelo Estado não acabou gradualmente só com a escravidão - levou, também, ao fim gradual do próprio Império.

Sarah de Andrade Ribeiro Venites – 19/20

Se a questão do "tráfico de almas" foi tema de tensões internacionais entre Brasil e Inglaterra, a questão da abolição da escravatura foi processo eminentemente interno. Já no período da Independência, José Bonifácio propunha projeto de abolição gradativa do trabalho escravo e de transição para o trabalho assalariado. O projeto das elites, no entanto, era outro – e foi este que prevaleceu.

Houve, ao longo do século XIX, tentativas de abolição do tráfico de escravos. Convênio assinado com a Inglaterra, em 1826, ratificado em 1827, previa o fim do tráfico em três anos (1830). O Regente Diogo Feijó aprovou, em 1831, lei que extinguia o tráfico, mas foi inócua, ficando conhecida como "lei para inglês ver". Como o suprimento de mão de obra escrava permanecia existindo, pouco ou nenhum incentivo tinham as elites escravocratas em abolir o trabalho escravo.

Apenas em meados do século XIX, o Estado brasileiro se consolida a ponto de poder fazer frente aos interesses das elites. Em 1850, a Lei Eusébio de Queiroz extingue, de fato e de direito, o tráfico negreiro para o Brasil. A decretação do Bill Aberdeen pela Inglaterra, em 1845, havia feito crescer o suprimento de mão de obra escrava. Discute-se, na historiografia, se essa seria uma das razões para que a Trindade Saquarema pudesse fazer valer a lei – afinal, o problema da mão de obra não seria imediato.

Também em 1850 são criados a Lei de Terras e o Código Comercial, além de ser reformada a Guarda Nacional, reduzindo-se o poder das oligarquias locais. Esse conjunto de marcos legais tem o condão de lidar com o excedente de capital que seria liberado do tráfico e com as novas condições de trabalho remunerado, restringindo-se o acesso à terra.

Com a Guerra do Paraguai, de 1864 a 1870, o tema da escravidão ganha relevância. Muitos escravos haviam lutado pelo Brasil, e o Exército ganha consciência de seu papel na sociedade. As discussões sobre a abolição ganhavam as ruas, mas, em contraste com o silêncio do Manifesto Republicano sobre a questão, partiu da Coroa a iniciativa da Lei do Ventre Livre, de 1871.

Para fazê-la aprovar, foi preciso nomear um novo gabinete. A tarefa coube ao Visconde do Rio Branco, à frente do gabinete mais duradouro do Segundo Reinado. A nova lei previa a possibilidade de compra da alforria pelo escravo, antes fruto da discricionariedade do proprietário. Com isso, abriu precedente para que os escravos pudessem ir à justiça exigir sua libertação mediante pagamento. Os abolicionistas passaram a comprar alforrias. No interior do país, movimentos como o dos caifazes, no interior de São Paulo, ganhavam cada vez mais força e visibilidade.

Já na década seguinte, foi aprovada a Lei dos Sexagenários, que previa a libertação dos escravos aos 60 anos. A medida foi bem recebida por alguns, mas muito criticada pela maioria dos abolicionistas, por ser virtualmente ineficaz. A expectativa média de vida de um escravo era muito inferior, o que tornava morta a letra da lei. A discussão sobre a abolição, ainda assim, é favorecida. Não se tratava mais de "se" haveria abolição, mas de "como" ela aconteceria.

E aconteceu em 1888, sem indenização e por meio de poucas palavras. O fim da escravidão decretou o fim da própria monarquia, com a adesão dos "republicanos de 1º de maio" ao movimento que queria o fim do Império. A Princesa Isabel seria homenageada pelo Papa e aclamada pelos beneficiários da lei, com a formação de uma "guarda negra" para protegê-la, mas, no ano seguinte, caía a monarquia.

Pior Resposta – 10/20

A abolição da escravidão no Brasil, consagrada com a aprovação da Lei Áurea, em 1888, foi um processo longo, que permeou os debates políticos brasileiros durante todo o século XIX. Concorreram para esse desfecho alterações socioeconômicas no país, como aponta a historiadora Emília Viotti da Costa, bem como a gradativa acomodação dos interesses escravistas e abolicionistas no que concerne ao equacionamento da questão da mão-de-obra. Nesse sentido, é pertinente refletir sobre as principais iniciativas legislativas

que envolveram a situação jurídica dos cativos, assim como sobre as suas consequências para os eventos que levariam ao fim do regime monárquico.

Desde a primeira metade do século XIX, a conformação de campos políticos que oporiam liberais e conservadores seria baseada em diferenças sobretudo referentes ao grau de centralização do poder real. A manutenção de um regime monárquico, porém, foi objeto de consenso, visto que se mostrava central para a continuidade do sistema escravista frente à crescente pressão externa da Inglaterra. O ano de 1850 foi crucial para a aprovação de leis que se dirigiriam a solucionar os impasses decorrentes da permanência da escravidão: as pressões inglesas a partir de 1845, em virtude da aprovação da Bill Aberdeen, mostravam-se como atentados à soberania brasileira. A inclinação gradativa de D. Pedro II em direção a uma solução para essa questão fez que liberais e conservadores concorressem entre si. Ainda que a coibição do tráfico negreiro viesse se tornando pauta liberal, foi a trindade saquarema quem encaminhou a controvérsia, por meio da Lei Eusébio de Queirós.

Ao contrário da lei de proibição do tráfico de escravos de 1831, a legislação de 1850 foi efetiva. Contribuíram para esse fato alterações nas regras judiciais, que livravam os fazendeiros de possíveis penalizações, além do antagonismo crescente entre traficantes e senhores de terras. Ainda, a aprovação simultânea da Lei de Terras, em 1850, já sinalizava a percepção de que seria questão de tempo até que fosse preciso conceber soluções para a crise de mão-de-obra. Com a Lei de Terras, dificultava-se a aquisição fundiária, o que viabilizaria o ingresso de imigrantes europeus com destino às plantações agroexportadoras. Os efeitos imediatos dessas duas leis, portanto, incluíram desde um breve surto nas importações de escravos africanos, logo estancado, além do início de atividades mais sistemáticas de atração de mão-de-obra europeia, sobretudo para os cafezais.

O fim da Guerra do Paraguai constituiu momento significativo da história abolicionista brasileira. Um grande contingente de negros lutou ao lado do Exército brasileiro, conformando uma das razões para que militares nacionais não apenas aderissem, em grande medida, à campanha abolicionista, mas, também, para que se recusassem a cumprir ordens de aprisionamento de escravos fugitivos. Ainda, a campanha em torno da abolição se fortalecia, gradativamente, em virtude da adesão de figuras ilustres, como Joaquim Nabuco, e de mudanças sócio-políticas, que incluem o recrudescimento de lutas e rebeliões escravas, fomentadas, em muitos casos, por advogados abolicionistas, bem como pela chegada de contingentes cada vez mais

expressivos de imigrantes europeus, direcionados, principalmente, para as lavouras do Oeste de São Paulo.

É nesse contexto que são aprovadas a Lei do Ventre Livre, em 1871, e a Lei dos Sexagenários, em meados da década de 1880. Novamente, as leis abolicionistas se coadunam com as inclinações pessoais do Imperador, que desejava ver a questão solucionada com o passar dos anos. Ambas as leis, contudo, tiveram impacto reduzido no que concerne a promover o fim do regime escravista. A Lei do Ventre Livre estipulava a possibilidade de permanência dos menores libertos sob o domínio dos senhores de terras, que poderiam, assim, usufruir de seus serviços. A Lei dos Sexagenários, por sua vez, destinava-se à libertação dos escravos idosos, um contingente pouco significativo até então. As legislações serviram, antes, para dar sobrevida à escravidão, sob a aparência de se estar realizando concessões à ala abolicionista. Os debates, contudo, opuseram, de forma crescente e irreversível, aqueles que apenas sustentavam a monarquia por sua função de preservar a escravidão e o Imperador.

Abolição e República são, portanto, resultados de um mesmo processo de transformações na sociedade e na política brasileiras, como corrobora Emília Viotti da Costa. Ambas apenas se viabilizaram após a consolidação da opção pelo braço imigrante, o que contribuiu, em última instância, para a crise final do regime monárquico.

Questão 4

Em 1.o de março de 1851, o Secretário dos Negócios Estrangeiros do Império do Brasil, Paulino José Soares de Souza, expediu as instruções para a "Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela", que foi chefiada por Duarte da Ponte Ribeiro.

1 Discorra sobre a política externa brasileira nas décadas de 40 e 50 do século XIX e situe a "Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela" nesse contexto, apontando seus objetivos e seu alcance.

2 Comente a atuação de Duarte da Ponte Ribeiro na diplomacia brasileira do século XIX.

3 Descreva o desenvolvimento da "Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela" e analise seus desdobramentos e seus resultados.

Extensão máxima: 60 linhas [valor: 20,00 pontos]

Média: 18,9 amp. / 16,8 cotas negros.

Desvio padrão: 2,3 amp. / 3,5 cotas negros.

Lucas Andrade Aguiar – 20/20

Na década de 1840, houve inflexão substancial no paradigma da política externa pátria, uma vez que o encerramento da instabilidade interna predominante durante a Regência, juntamente com o fim da validade dos tratados desiguais com a Inglaterra e demais nações ocidentais, permitiram à chancelaria tomar postura mais ativa e condizente com os interesses nacionais. Nesse contexto, a solução de lides lindeiras foi marca desse período, cuja implementação se dera, sobretudo, a partir da atuação de Duarte da Ponte Ribeiro, que estabelecera os parâmetros que permeariam as negociações fronteiriças até a Primeira República. A missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela marcou o ápice de sua atuação na resolução de litígios fronteiriços com as repúblicas em comento, sendo responsável por assentar parcela representativa do "corpo da pátria".

Com o advento do Segundo Reinado, a política externa passou a guiar-se pelas diretrizes do interesse nacional, sepultando o paradigma da instabilidade interna decorrente das insurreições regenciais. O ápice do ativismo da diplomacia pátria foi a

ascensão de Paulino José Soares de Sousa, o futuro visconde do Uruguai, uma vez que, em decorrência da estabilidade interna proveniente do gabinete da Trindade Saquarema (1848-53), ele passou a propugnar maior ativismo no entorno regional, especialmente no que concerne aos intentos expansionistas de Juan Manuel de Rosas. Com isso, o paradigma platino da política externa passou a moldar-se na contenção da Confederação Argentina e em assegurar as independências do Uruguai e do Paraguai. No âmbito da questão lindeira, a atuação do Visconde do Uruguai consistiu em congregar os diplomatas que delimitariam as lindes territoriais no período.

Entre esses diplomatas, destaca-se, especialmente, Duarte da Ponte Ribeiro, na medida em que esse diplomata fora responsável por congregar as principais diretrizes que orientariam as negociações nas questões fronteiriças. Árduo estudioso da história diplomática nacional, Duarte da Ponte Ribeiro admirava a atuação de Alexandre de Gusmão no Tratado de Madrid (1750). Embora esse tratado não tenha servido de base para as negociações lindeiras no Segundo Reinado, os seus principais princípios formadores foram resgatados, tal como o uti possidetis e o princípio das fronteiras naturais. Além desses princípios, foi Duarte da Ponte Ribeiro o responsável por consagrar o princípio de que as negociações seriam bilaterais e não admitiriam intervenções de terceiros ou processos arbitrais. Ademais, o uti possidetis foi flexibilizado de maneira a admitir compensações mútuas e concessões, estabelecendo-se como uti possidetis de facto.

O trabalho de Duarte da Ponte Ribeiro teve especial ressonância na Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela, uma vez que ele a chefiou. Essa missão consistiu na ida de diversos diplomatas a esses países a fim de solucionar as pendências lindeiras, além de evitar a difusão da desconfiança dessas repúblicas em relação ao país, especialmente no que concerne à navegação no Amazonas. Em um contexto de imperialismo norte-americano na Amazônia, com um projeto de estabelecer uma colônia na região, a inimizade com as repúblicas ribeirinhas não seria senão prejudicial para os interesses nacionais, na medida em que elevaria as pressões internacionais pela abertura da livre-navegação no Amazonas.

Nesse contexto, a navegação no Amazonas serviu como moeda de troca para as negociações lindeiras com esses países. Em 1851, Duarte da Ponte Ribeiro estabeleceu tratado com o Peru, delimitando as lindes nacionais na margem do Rio Javari. Em 1859, Miguel Maria Lisboa (sob as diretrizes de Duarte da Ponte Ribeiro) estabeleceu, com a Venezuela, tratado lindeiro, delimitando a fronteira na Bacia do Rio Orinoco. Já a Missão Azambuja à Colômbia não teve o mesmo sucesso, uma vez que o governo colombiano

discordava da proposta brasileira e propugnava o uti possidetis iure. Apesar disso, esta missão teve o mérito de estabelecer a "linha Azambuja", que informaria as negociações lindeiras com o país em 1907.

Foi, portanto, de destacada importância a Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela, não somente em decorrência de seus resultados concretos – a delimitação com Peru e Venezuela e o arrefecimento do imperialismo estadunidense na Amazônia –, mas, principalmente, em decorrência dos princípios que passariam a orientar as negociações lindeiras a partir de então.

Jônathas José Silva da Silveira – 20/20

A política externa brasileira, nas décadas de 1840 e 1850, sai do imobilismo que a havia caracterizado nos anos de Regência. Após o Golpe da Maioridade, D. Pedro II assume o trono e, após um breve gabinete liberal, nomeia sucessivamente gabinetes conservadores (com poucas exceções nessas décadas). Esse " Regresso Conservador" permite a consolidação do Estado Nacional e abre caminho para uma política externa mais assertiva. Com a chegada da Trindade Saquarema ao poder (1848-1852), uma nova política externa liderada por Paulino José Soares de Souza ganha forma. Seus objetivos principais giram em torno da contenção de Rosas, governador de Buenos Aires e líder da Confederação Argentina, que busca reconstruir o Vice-Reino do Prata, tentando incorporar – sob a égide de Buenos Aires – Paraguai, Uruguai e porções do Chaco Boliviano. Soma-se a isso a necessidade de consolidar nossas fronteiras com os demais vizinhos, em especial, os amazônicos, de modo a garantir nossa soberania na Bacia Amazônica. É nesse contexto simétrico que se insere a Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela. Seus objetivos eram demarcar as fronteiras do Brasil de modo a vetar que uma eventual desocupação do Centro-Oeste (devido à queda de produção de diamantes) e a cobiça das grandes potências na Bacia Amazônica viessem a comprometer nossa soberania naqueles territórios estratégicos.

Na consecução dos objetivos lindeiros de nossa diplomacia, Duarte da Ponte Ribeiro, nosso "fronteiro-mor" contribuiu grandemente. Foi dele a ideia de adotar o princípio do Uti Possidetis de Facto, como princípio doutrinário de nossa diplomacia de fronteiras. Essa tese, segundo a qual a propriedade do território deve ser cedida a quem o possui efetivamente, faz com que o argumento brasileiro anterior, com base no Tratado de Santo Idelfonso de 1777 seja utilizado apenas de maneira subsidiária. O uti possidetis

defendido pelo Brasil também se contrapunha ao uti possidetis de jure, defendido por nossos vizinhos. Ponte Ribeiro, então, no contexto da Missão Especial para as Repúblicas do Pacífico e Venezuela, negocia o tratado de limites que serviria como modelo para as próximas negociações: o Tratado de Navegação e Limites, de 1851, com o Peru. Nesse tratado, o uti possidetis será o fundamento jurídico central. Outra tática negociadora importante que se consolida com esse tratado é a de intercambiar direitos de navegação na Bacia Amazônica por territórios.

Além do tratado com a Bolívia, de 1851, a Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela, buscou tratar de nossos limites com demais vizinhos amazônicos. Com a Colômbia, entretanto, não logrou êxito definitivo, pois o tratado não foi ratificado. Nas tratativas com Bolívia, Peru e Equador, a geodésica Tabatinga-Apaporis e sua demarcação foram fundamentais. A consolidação e a demarcação dos limites com esses países, entretanto, ainda seriam objetivo de controvérsias após a Missão, e só foram definitivamente resolvidas na época do Barão do Rio Branco. Os desdobramentos e os resultados dessa Missão, ainda assim, mostraram-se como a pedra angular que nortearia a política de limites brasileiros nos anos que se seguiram, uma vez que serviram como balão de ensaio para a estratégia negocial advogada por Ponte Ribeiro, a qual tinha por base o uti possidetis e a concessão de direitos de navegação em troca de melhores termos negociais para o Brasil.

Em suma, a política externa, comandada por Paulino José Soares de Souza, o Visconde do Uruguai, lançou as bases para uma inserção internacional mais assertiva. Para isso, foi fundamental a "Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela", chefiada por Duarte da Ponte Ribeiro, diplomata que resgatou o legado de Alexandre de Gusmão, quando este negociou o Tratado de Madri (1750). A base jurídica de Gusmão foi o uti possidetis de facto, e é a ela que Ponte Ribeiro pragmaticamente recorre para negociar nossos limites com os vizinhos amazônicos no contexto da missão que chefiou.

Emanuel Sebag de Magalhães – 20/20

A política externa brasileira durante o Segundo Reinado foi fortemente influenciada pelas diretrizes traçadas pelo partido conservador, em especial pelo Secretário dos Negócios Estrangeiros, Paulino José Soares de Souza. A fim de assegurar a estabilidade política entre os países sul-americanos, diversas missões diplomáticas foram organizadas,

com especial atenção para a Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela, em um contexto de afirmação do Estado brasileiro e de suas fronteiras.

Durante a década de 1840, o golpe da maioridade viabilizou a implementação de reformas burocráticas que dotaram o Estado brasileiro das condições para romper o imobilismo de sua política externa que caracterizou o Período Regencial. Para além da volta do Poder Moderador e da reforma sepetiba na Secretaria de Negócios Estrangeiros, o retorno do Conselho de Estado conferiu maior racionalidade à política externa do país. O fim da vigência dos tratados desiguais com grandes potências, especialmente com a Inglaterra, e a edição da tarifa Alves Branco dotou o Estado de condições fiscais para uma política externa mais assertiva. Assim, as delimitações estruturais do imobilismo brasileiro estavam terminadas. No que tange aos objetivos da diplomacia pátria, a instabilidade da região platina, com o fortalecimento do federalista portenho Rosas e o prolongamento da guerra civil uruguaia entre blancos e colorados e a continuação da Revolução Farropilha, preocupava o Império. Após a negativa de Rosas acerca de acordo que ele mesmo propusera, em 1843, inicia-se a clara definição de contenção desse caudilho argentino, reconhecendo a independência paraguaia, em 1844, e selando a paz com os farropilhas em 1845. Acerca da questão amazônica, cresciam as pressões internacionais pela abertura da Bacia Amazônica.

Na década de 1850, o Visconde do Uruguai articula mais claramente os objetivos de conter o ímpeto expansionista de Rosas, da garantia de acordos de fronteira baseados no uti possidetis facto e da liberdade de navegação nos rios da bacia platina (viabilizada pelas independências de Paraguai e Uruguai) e na bacia amazônica. No contexto da intervenção brasileira na Guerra Grande, em 1851, Paulino Soares de Souza envia a Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e Venezuela, chefiada por Duarte da Ponte Ribeiro no intuito de estabelecer acordos fronteiriços com outros países da região, impedindo alianças regionais seja em torno do projeto rosista, seja em torno da pauta de abertura irrestrita da Bacia Amazônica à navegação internacional.

A figura de Duarte da Ponte Ribeiro é central não somente para o êxito da Missão ao Pacífico e à Venezuela, mas, também, para o estabelecimento do uti possidetis facto como critério de definição dos acordos lindeiros no século XIX. Com a vitória sobre Rosas na batalha de Monte Caseros, em 1852, a missão assume importância elevada para as questões de segurança da bacia amazônica. O Império já havia negado a instalação de companhia de navegação à vapor inglesa e, em Belém, embarcação estadunidense fora impedida de seguir curso por autoridades locais. De fato, o expansionismo norte-americano preocupava

sobremaneira a diplomacia pátria. Além das pressões do plenipotenciário dos Estados Unidos no Rio de Janeiro, a atividade de Mathew Mouray Fontaine na região amazônica levantavam o temos, já anunciado pelo representante brasileiro em Washington, das pretenções* daquele país fazer da Amazônia um novo Texas, enviando populações para atividades de plantation para futura anexação. Para evitar que as posições norte-americanas se tornem hegemônicas, parte a missão de Ponte Ribeiro.

Embora tenha passado pelo Chile, Duarte da Ponte Ribeiro terá êxito de maior relevância com a assinatura do acordo de fronteiras com o Peru, em 1851, assegurando sob as bases do uti possidetis facto. Tal doutrina opunha-se ao uti possidetis jure defendido pelos países hispano-americanos, na medida em que este os favorecia por ser a região amazônica pouco habitada pelas repúblicas do Pacífico. Utilizando a abertura da Bacia Amazônica como barganha para a obtenção de acordos lindeiros, Duarte da Ponte Ribeiro conseguiria negociar bilateralmente, preservando posição de força para o Império. Assim, essa missão conseguiu contemporizar as pressões extrarregionais, ao abrir a navegação da Bacia Amazônica aos ribeirinhos superiores do rio Amazonas. A missão em questão ainda iria obter acordos com Nova Granada e Venezuela, este em 1859. Ambos, porém, não foram ratificados pelos governos de seus países posteriormente.

Dessa forma, pode-se afirmar que a Missão Duarte da Ponte Ribeiro foi fundamental para o atingimento de objetivos da política externa brasileira definidos entre as décadas de 1840 e 1850. Se, por um lado, a questão platina pôde evoluir com maior estabilidade; por outro, tal missão influenciou diretamente sobre a abertura soberana da Bacia Amazônica e sobre a consagração do utis possidetis facto na definição fronteiriça.

* Erro no texto original

Diogo Alves Reis – 20/20

O Segundo Reinado representa mudança assertiva na Política Externa Brasileira (PEB). A necessidade de assegurar a soberania, de promover a comunicação com o interior do território e de conter pretensões expansionistas na região platina determinavam a ação externa imperial. Consoante a lógica de defesa dos interesses nacionais, de conformação de alianças favoráveis ao Império e solução de questões lindeiras, a PEB nas décadas de 1840 e 1850, redunda em um “pax brasileira” no Prata.

A década de 1840 assinala o retorno de instituições importantes para a PEB. A volta do poder moderador, em 1841, em associação com a reforma Sepetiba de 1842 e o retorno do Conselho de Estado, agora com 12 membros, corroboram o movimento de consolidação do Estado brasileiro que, é ainda, reforçado pelo protecionismo da tarifa Alves Branco. A ascensão da trindade Saquarema, 1848-52, tendo Paulino Soares de Souza como Ministro dos Negócios Estrangeiros, caracteriza a postura ativa do Brasil no Prata e a promoção do "uti possidetis" como doutrina de solução de questões lindeiras. Após o malogrado acordo entre Rosas e Pedro II em 1843 e pacificação da Farroupilha, via Paz de Ponche Verde, com a consequente herança pelo império da aliança dos farrapos com Rivera, a contenção do presidente da província de Buenos Aires torna-se prioridade. Em 1844, por exemplo, é enviada a Missão Abrantes para a Europa, para convencer Inglaterra e França a lutarem contra Rosas, e a Missão Pimenta Bueno ao Paraguai.

Os britânicos e franceses chegam a estabelecer o bloqueio do Prata de 1845-48, porém o retiram ao perceberem que Rosas poderia ser, inclusive, útil a seus interesses. Dessa forma, o Império intervém na Grande Guerra no Uruguai (1839-51) para colocar no poder governo favorável a seus interesses. Envia-se a Missão Carneiro Leão para o Uruguai e a Missão especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela, a fim de lograr alianças favoráveis ao Império e contra Rosas. Paralelamente, o Império, que tinha a navegação do Amazonas e seus afluentes fechada, vai autorizar a livre-navegação desse rio em troca de acordos transfronteiriços com base no uti possidetis.

Dessa forma, cabe à Duarte da Ponte Ribeiro negociar com as Repúblicas do Pacífico e Venezuela alianças simpáticas ao Império. Ressalta-se que, em 1852, o Brasil intervém na Argentina, em favor do líder da Província de Entre Ríos e Corrientes, Urquiza, derrotando Rosas nesse ano. Diante da natureza da missão, Duarte da Ponte Ribeiro divide-a em duas frentes. Coube-lhe ir à Bolívia, ao Chile e ao Peru, ao passo que a Miguel Maria Lisboa incumbiu-lhe ir ao Equador, Colômbia e Venezuela. Por intermédio da barganha, que tinha a livre navegação do Amazonas como fundamento, o Império logra, efetivamente, acordos com Equador e tratados de fronteira com o Peru (1851) e Venezuela (1859). Um dos legados da missão é não apenas a aplicação do uti possidetis facto, mas também a construção de um contexto regional favorável aos interesses do Estado brasileiro.

Duarte da Ponte Ribeiro foi fundamental para a diplomacia brasileira do século XIX, porquanto, já na década de 1830, período de imobilismo relativo da PEB no Prata em que se aplicava a diplomacia do patacão mesmo diante da neutralidade nos conflitos,

Duarte se destacou como um português a serviço da PEB, a partir de uma missão para vizinhos sul-americanos, praticando bons ofícios em favor do Brasil. Na década de 1850, ele se torna responsável pela consolidação do uti possidetis facto como doutrina de solução de questões fronteiriças. Seus esforços somam-se aos de Carneiro Leão e ao do Visconde do Uruguai, no que concerne à atuação diplomática com base na negociação, na diplomacia do patacão e na intervenção militar, se preciso.

A Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e Venezuela insere-se em um contexto de afirmação do Império brasileiro. Os acordos fronteiriços logrados e o desequilíbrio de poder em favor do Brasil, tendo os colorados uruguaios e Mitre na Argentina a favor, fortalecem o Estado monárquico diante da contestação imperialista de Solano López à "pax brasileira" na região platina.

Pior resposta – 10/20

A política externa brasileira das décadas de 1840 e 1850 pode ser explicada pelo contexto de fortalecimento da ação estatal e da soberania nacional em um período de consolidação do Segundo Reinado, após o "imobilismo" da Regência.

Nesse contexto, a "Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e Venezuela" situa-se no objetivo maior de fortalecer a presença brasileira na região num período no qual a projeção das Províncias Unidas começavam a sobressair.

A "Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico" buscava primordialmente resolver questões de fronteira com os vizinhos amazônicos – Bolívia, Peru, Equador (que à época dividia fronteira com o Brasil), Colômbia e Venezuela – e de estabelecer negociações amistosas com os países citados. Apesar dos esforços empreendidos, somente um tratado de fronteiras com o Peru foi assinado e, posteriormente, denunciado pelo lado peruano. Ainda assim, a missão é um marco como primeira aproximação do Brasil com os países do Norte e Noroeste da América do Sul e serviria como base para negociações futuras sobre tratados fronteiriços.

Duarte da Ponte Ribeiro desenvolveu um trabalho hercúleo ao engajar-se na missão às Repúblicas do Pacífico e à Venezuela, viajando em diferentes meios de transporte, inclusive lombo de burro para alcançar seu objetivo. Ao negociar as fronteiras brasileiras com os países do pacífico e a Venezuela, Duarte da Ponte Ribeiro retomou o princípio do uti possidetis e das fronteiras naturais primeiramente defendidos por

Alexandre de Gusmão na redação do Tratado de Madri de 1750. Ademais, Duarte da Ponte Ribeiro também negociou a navegação do rio Amazonas, valendo-se da posição privilegiada do Brasil como controlador da desembocadura do estratégico rio. Apesar de não ter gerado grandes resultados concretos, apenas um tratado de fronteiras foi efetivamente assinado, os princípios de negociação invocados por Duarte da Ponte Ribeiro, além dos mapas topográficos e estudos realizados pelo mesmo, seriam usados como base na negociação de tratados futuros, principalmente por Barão do Rio Branco.

Nesse sentido, a "Missão Especial nas Repúblicas do Pacífico e na Venezuela" gerou poucos frutos imediatos à política externa brasileira no período. Enquanto Duarte da Ponte Ribeiro negociava com repúblicas consideradas longínquas do centro de poder, no Rio de Janeiro, o Brasil fortalecia sua posição no Prata, intervindo contra Oribe e Rosas e engajando-se na "diplomacia do patacão", isto é, financiando seus aliados na região platense. Assim, Duarte da Ponte Ribeiro foi pouco auxiliado e recebeu escassas instruções de como proceder nas negociações.

Apesar do grande esforço de Duarte da Ponte Ribeiro, a missão colheu poucos resultados práticos imediatos, além de alguns "Tratados de Amizade, comércio e navegação", de modo que a missão deve ser vista sob o ponto de vista do legado deixado às gerações futuras de diplomatas que negociaram fronteiras na Amazônia, a partir do trabalho pioneiro de Duarte da Ponte Ribeiro.